



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM - FACL
CURSO DE LICENCIATURA EM LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA

ARLENE DA COSTA SÁ

**A REGULAMENTAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DE LEITURA E
GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ OITOCENTISTA**

ABAETETUBA - PA

2022

ARLENE DA COSTA SÁ

**A REGULAMENTAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DE LEITURA E
GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ OITOCENTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção de grau de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, apresentado à Faculdade de Ciências da Linguagem da Universidade Federal do Pará - Campus Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

ABAETETUBA - PA

2022

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

S111r Sá, Arlene da Costa.
A regulamentação e a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias no Pará oitocentista / Arlene da Costa Sá. — 2022.
53 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Raimunda Dias Duarte
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Abaetetuba, Curso de Língua Portuguesa, Abaetetuba, 2022.

1. Livro de leitura. 2. Gramáticas primárias. 3. Regulamentação. 4. Circulação. 5. Pará Oitocentista. I. Título.

CDD 410

ARLENE DA COSTA SÁ

**A REGULAMENTAÇÃO E A CIRCULAÇÃO DE LIVROS DE LEITURA E
GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ OITOCENTISTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para
obtenção de grau de Licenciatura em Letras – Língua
Portuguesa, apresentado à Faculdade de Ciências da
Linguagem da Universidade Federal do Pará - Campus
Universitário do Baixo Tocantins/Abaetetuba.

Orientadora: Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

Data da avaliação: ____/____/____.

Conceito: _____.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Raimunda Dias Duarte

Orientadora – UFPA

Prof. Msc. Marcos Ferreira Barbosa

Examinador – UFPA

ABAETETUBA - PA

2022

A Deus, que esteve comigo em todos os momentos, mesmo quando eu pensei que não.

À minha mãe e ao meu pai, meus melhores amigos.

Aos meus irmãos e à minha irmã, meus pilares de sustentação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as graças e desafios que me foram concedidos durante o caminho, pois sem isso eu não conseguiria a força necessária para chegar até aqui.

À minha orientadora, Professora Dra. Raimunda Dias Duarte, por me ensinar tantas coisas novas e me auxiliar com toda paciência durante meu processo de aprendizagem.

À minha mãe, Alcileide Lima da Costa, que sempre esteve comigo, apoiando e acreditando em mim, mesmo quando até eu duvidava.

Ao meu pai, Agnaldo Diniz Sá, pela pureza de seus conselhos, pelos abraços apertados e por apontar forças em minhas fraquezas.

À minha irmã, Aline Lima da Costa, que mesmo à distância sempre me apoiou e incentivou, sendo meu porto seguro em momentos de crise.

Ao meu irmão, Adilson da Costa Sá, por estar ao meu lado até mesmo quando não percebo, e por ter mostrado minhas qualidades, mesmo quando eu só via defeitos.

Ao meu irmão, Arilson da Costa Sá, que com todas as suas forças sempre acreditou em mim, me encorajou e motivou a continuar.

À Danielly Machado, Diana Aires e Leonei Maciel, minhas irmãs e meu irmão de outra mãe, obrigada pelo companheirismo e amizade de sempre e, o mais importante, obrigada por não terem desistido de mim.

Às amigas e aos amigos que o curso me presenteou, Andréia Costa, Antônio Waliton, Amanda Ferreira, Layandra Moraes, Izabel Santos, Maílson Albuquerque, Manuelle Pereira, Rosane Barros e Thaina Bahia, sem vocês eu não teria aprendido tanto sobre as várias nuances da amizade e do companheirismo.

“Você pode vencer o mundo, você pode vencer a guerra, você pode falar com Deus, ir bater na porta d’Ele.”

(The Script - *Hall of Fame* ft. will.i.am)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo geral analisar a regulamentação e a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias no Pará Oitocentista. Para tanto, busca-se compreender as ideologias que nortearam a aprovação de livros escolares para a instrução/educação primária nas escolas do Pará Oitocentista; investigar a legislação que regulamentou o ensino da leitura e da gramática no Pará Oitocentista e investigar a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias nas escolas do Pará Oitocentista. A fonte de investigação é a revista *Educação e Ensino*, 33 edições publicadas no período de 1891 a 1895. A orientação teórico-metodológica do trabalho se baseia nos estudos de Faria Filho (2000), Duarte (2018), Coelho e Maciel (2018), Karnal e Tatsch (2009), Razzini (2014) e Moreira (1979). A pesquisa é parte dos estudos sobre a constituição da história do livro escolar na Amazônia. Os resultados mostraram que muitos dos regulamentos/preceitos legais sobre a instrução/educação paraense não eram (e não são) implementados, ou o eram tardiamente, ora por falta de infraestrutura necessária ora pelo histórico descaso dos governantes. A partir da investigação na revista pedagógica *Educação e Ensino*, foram contabilizados 22 compêndios escolares, entre livros de leitura e gramáticas primárias, que circularam no Pará Oitocentista, de autores paraenses e não paraenses. Essas obras foram fundamentais para a instrução/educação paraense. Aspectos políticos, culturais, religiosos e até econômicos estavam envolvidos no processo de aprovação destes compêndios para circularem nas escolas paraenses.

Palavras-chave: Livro de leitura; Gramáticas primárias; Regulamentação; Circulação; Pará Oitocentista.

ABSTRACT

This study has as general objective to analyze the regulation and circulation of reading books and primary grammars in the nineteenth century Pará. Therefore, we seek to understand the ideologies that guided the approval of school books for instruction/primary education in schools in the nineteenth century Pará; to investigate the legislation that regulated the teaching of reading and grammar in the nineteenth century Pará and to investigate the circulation of reading books and primary grammars in schools in the nineteenth century Pará. The source of research is the journal *Education and Teaching*, 33 editions published in the period from 1891 to 1895. The theoretical-methodological orientation of the work is based on the studies of Faria Filho (2000), Duarte (2018), Coelho and Maciel (2018), Karnal and Tatsch (2009), Razzini (2014) and Moreira (1979). The research is part of studies on the constitution of the history of the school book in the Amazon. The results showed that many of the regulations/legal precepts about the instruction/education in Pará were not (and are not) implemented, or were belatedly, sometimes for lack of necessary infrastructure or by the historical inchange of the rulers. From the research in the pedagogical journal *Education and Teaching*, 22 school compendiums were counted, between reading books and primary grammars, that circulated in the nineteenth century Pará, by authors from Pará and non-Pará. These works were fundamental for the instruction/education of Pará. Political, cultural, religious and even economic aspects were involved in the process of approving these textbooks to circulate in schools in Pará.

Key words: Reading book; Primary grammars; Regulation; Circulation; Nineteenth Century Pará.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO PARÁ OITOCENTISTA	13
1.1 Panorama geral da instrução pública no Brasil e no Pará	15
1.2 Métodos de ensino adotados no ensino primário paraense	17
1.3 O cenário educacional: livros de leitura e gramáticas primárias	19
2 A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO DA LEITURA E DA GRAMÁTICA E AS IDEOLOGIAS SOBRE A APROVAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES NO PARÁ OITOCENTISTA	25
2.1 O ensino da leitura e da gramática	25
2.2 As ideologias que nortearam a aprovação de livros escolares	29
3 A CIRCULAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES DE LEITURA E GRAMÁTICAS NO PARÁ OITOCENTISTA.....	33
3.1 O documento histórico	33
3.2 Compêndios escolares em circulação.....	35
CONCLUSÃO	48
REFERÊNCIAS	50

INTRODUÇÃO

Os livros escolares são documentos históricos ricos em informações que podem trazer contribuições importantes não só a respeito de como se constituiu a educação de determinado período, mas também sobre a questão cultural e ideológica da época. Em vista disso, o presente estudo surgiu em razão da necessidade de se discutir a constituição da história do livro escolar na Amazônia, campo de investigação muito recente na região.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar a regulamentação e a circulação de livros de leitura e gramáticas no Pará Oitocentista. Para tanto, busca-se compreender as ideologias que nortearam a aprovação de livros escolares para a instrução/educação primária nas escolas do Pará Oitocentista; investigar a legislação que regulamentou o ensino da leitura e da gramática no Pará Oitocentista e investigar a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias nas escolas do Pará Oitocentista. O referencial teórico-metodológico está fundamentado em estudos dos seguintes autores: Faria Filho (2000), que trata sobre o ensino elementar no século XIX, apresentando, por meio de seus estudos, as definições para os métodos de ensino e apontando a forma como a regulamentação de leis e decretos impactaram a instrução/educação primária no século XIX, desde a política pombalina até o início da era republicana; Duarte (2018), que destaca o papel dos livros escolares como instrumento ideológico da classe dominante na formação dos alunos; Coelho e Maciel (2018), cujas contribuições para este estudo se deve, entre outros fatores, as suas considerações acerca da transição na maneira de ensinar no decorrer do século XIX; Karnal e Tatsch (2009), que vem tratar sobre a importância do documento histórico; Razzini (2014), por sua vez, comenta sobre as leis de obrigatoriedade e gratuidade do ensino e sobre o livro escolar e seu papel no processo de industrialização e consolidação eurocentrista em território nacional; e Moreira (1979), que contribui com suas pesquisas acerca de autores e obras abordadas no decorrer deste estudo.

A pesquisa é bibliográfica e documental, e consiste em uma abordagem qualitativa, pois ao tratar do estudo histórico de livros escolares de leitura e gramáticas primárias, são levados em consideração os fenômenos que envolvem as relações sociais, econômicas e culturais estabelecidas no Pará no século XIX, para um melhor entendimento do contexto em que se deu a regulamentação e a circulação desses compêndios. Tudo isso se faz levando em consideração a afirmação de Chartier (1999) de que cabe ao historiador reconstruir as circunstâncias de “efetuação” de uma obra.

A pesquisa bibliográfica permite a articulação do trabalho com importantes autores. Sobre as ideologias presentes nas decisões que norteavam a aprovação do livro escolar no Oitocentos, destacam-se os estudos de Duarte (2018). A autora declara que o livro escolar, de certa forma, assume o papel de “ferramenta de legitimação” da tentativa, por parte da elite brasileira, de incorporar, mesmo que superficialmente, práticas importadas da Europa, sobretudo, da França. Na década de 1880, ocorreu uma massiva tentativa de organizar a educação. Em razão disso, Faria Filho (2000) avalia o impacto que a regulamentação de várias leis e decretos trouxe para a instrução/educação primária no século XIX, confinada entre a desastrosa política pombalina e o florescimento da era republicana. Apesar da regulamentação de uma volumosa legislação, a instrução não dispunha da estrutura necessária para aplicá-la. Parte disso se devia, provavelmente, à realidade exposta por Razzini (2014). A autora pontua que, apesar de as leis brasileiras de obrigatoriedade e gratuidade da instrução partirem do poder central, cada província instituí suas próprias leis.

No que se refere à pesquisa documental, para investigar sobre a circulação de livros de leitura e gramáticas primárias no Pará Oitocentista, o trabalho se concentra em 33 edições da *Revista Educação e Ensino* publicadas no período de 1891 a 1895. Essas edições foram analisadas minuciosamente, de forma que os registros acerca da adoção dos livros na instrução/educação pública paraense fossem realizados. Essa fonte documental forneceu dados de fundamental importância para este estudo.

O estudo está dividido em três capítulos: o primeiro capítulo, discute acerca da instrução pública primária no Pará Oitocentista; o segundo capítulo, trata da regulamentação de livros escolares de leitura e gramáticas no Pará Oitocentista; e o terceiro capítulo, discorre sobre a circulação de livros escolares de leitura e gramáticas no Pará Oitocentista.

1 A INSTRUÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA NO PARÁ OITOCENTISTA

O Brasil Oitocentista (século XIX) passou por grandes mudanças políticas, econômicas e educacionais, tanto a nível nacional quanto a nível provincial. Os acontecimentos relacionados à independência do Brasil (7 de setembro de 1822) e à Proclamação da República (15 de novembro de 1889) foram fundamentais para essas mudanças, pois enquanto a primeira data (1822) virá como passo inicial para a concretização do Império Brasileiro, a outra, (1889) irá demarcar a transição entre Império e República. Esses eventos trouxeram mudanças regionais/provinciais de caráter ideológico e social que tiveram várias implicações na instrução/educação primária brasileira e paraense, que discutiremos no decorrer deste trabalho.

Para Faria Filho (2000, p. 135), “a instrução primária do século XIX estava confinada entre a desastrosa política pombalina e o florescimento da educação na era republicana”. Com o Ato Adicional (Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834), as províncias tiveram mais autonomia sobre aquilo que ocorria na instrução pública local, pelo menos de acordo com o que constava na legislação. Contudo, a autonomia supostamente conferida às províncias, escancarou as mazelas da estrutura oferecida para instrução pública local. Uma prova disso foi que, de acordo com os relatórios apresentados pelo diretor da Instrução Pública da província do Pará, entre 1893 e 1894, ao governador Lauro Sodré, havia urgência na construção de prédios apropriados para o ensino primário, uma vez que sem a estrutura necessária não havia possibilidade de colocar as reformas da instrução pública em prática. Nesses relatórios, o governador ainda expõe sua desaprovação ao fato de a escola funcionar na casa do professor, pois essa prática dificultava a fiscalização do trabalho, principalmente se o exercício da disciplina estava sendo realizado eficientemente por parte do professor (COELHO, 2008, p. 73).

No Pará Oitocentista, a instrução pública primária cumpriu o papel de difundir ideologias da classe dominante aos alunos desde a infância. Temas como civilidade nos moldes da cultura europeia, e catequização, eram tratados nos livros de leitura. No entanto, a qualidade do ensino neste período dependia grandemente do poder aquisitivo e influência da família da criança que recebia a instrução. Algumas instituições estudantis situadas em localidades mais pobres sofriam com enorme evasão escolar, além da falta de estrutura ou mesmo locais adequados para que as aulas fossem devidamente ministradas. Segundo Clark (1996), a centralização econômica por parte do Estado, em benefício próprio, interferiu diretamente na renda provincial de muitas localidades, contribuindo para o estado precário e fazendo com que a maior parte das províncias recorressem ao patrimônio de particulares para tentar resolver os

problemas de falta de fundos financeiros. Em razão desse cenário catastrófico, casebres sem espaço e em estado deplorável eram transformados em escolas.

Em 1854, o ministro do Império, Luiz Pedreira do Couto Ferraz, instituiu o plano estratégico de modernização, propondo a reforma do ensino primário e secundário na Corte. Segundo Vasconcelos e Periotto (2015), este foi um dos primeiros documentos a abordar propriamente a formação docente, exigindo a formação de um quadro de professores habilitados e com plenas condições de formação.

A reforma Couto Ferraz (Decreto 1.331A, de fevereiro de 1854) regulamentou a escolarização no Brasil. No entanto, segundo Vasconcelos e Periotto (2015), apesar dos esforços, pouco se avançou na aplicação das medidas instituídas pelo Decreto e, posteriormente, por outros preceitos legais, como o Ato Adicional de 1834 (Lei n. 16, de 12 de agosto). Essa dificuldade se deu por fatores diversos, um deles, sem dúvida alguma, diz respeito às condições reais da sociedade.

Ao discorrer acerca dos assuntos diretamente ligados à instrução/educação pública, não se pode esquecer de fatores estruturais relacionados aos espaços fornecidos para o ensino. Por essa razão, torna-se importante falar sobre os grupos escolares. Acerca da construção de edifícios escolares, já previstos na reforma Couto Ferraz, José Veríssimo Dias de Matos, Diretor da Instrução Pública do Estado do Pará (1890-1891), iniciou suas solicitações em 1891. Suas tentativas, infelizmente, refletiam o estado de calamidade da educação pública, uma vez que para terem acesso ao ensino as crianças desvalidas sujeitavam-se a situações degradantes, frequentando espaços inadequados para o ensino.

Segundo França (2018), o diretor da Instrução Pública reforça seus argumentos com base nas afirmações de Buisson¹, que alega que para se ter uma escola boa é necessário e indispensável que o edifício construído atenda determinadas condições de salubridade, bem-estar, comodidade e decência (FRANÇA, 2018, p. 1). A construção desses edifícios se tornava indispensável tendo em vista a urgência da situação vivida pelos alunos. Diante disso, José

¹ Segundo Rozante (2014), Ferdinand Édouard Buisson nasceu em Paris, França, em 1841, posteriormente tornou-se professor e político. Ele dirigiu a publicação do *Dictionnaire de Pédagogie*; foi secretário da Comissão da Estatística do Ensino Primário. Foi ainda Inspetor Geral da Instrução Pública na França em 1878 e Diretor do Ensino Primário em 1879. Além disso, participou das reformas do Ministro da Educação Jules Ferry (1880-1882), que modernizou o ensino primário francês, estabelecendo uma escola pública, obrigatória, laica.

Veríssimo continuou com suas tentativas que só foram atendidas anos depois, com a construção dos chamados grupos escolares.

De acordo com as considerações de França (2018), os grupos escolares eram escolas graduadas que se aglutinavam em um mesmo edifício. E, nesse novo cenário, o ensino seriado substituiria as classes de alunos sob a tutela de um único professor e a figura do diretor deveria trazer maior homogeneidade à escolarização. No Pará, os grupos escolares aparecem pela primeira vez em 1899, por meio do Regulamento Geral do Ensino Primário, Decreto n. 625, de 2 de janeiro de 1899, expedido pelo Governador, José Paes de Carvalho, que determinava que o ensino primário público poderia ser ministrado em escolas isoladas, escolas modelos e grupos escolares.

O primeiro grupo escolar foi implantado no Pará em 1899. Trata-se do grupo escolar de Alenquer, uma cidade situada no interior do estado (FRANÇA, 2018, p. 7). De acordo com França (2018), a implementação dos grupos escolares foi proveniente de uma junção de esforços dos diretores da Província que depois de muitos anos, conseguiram, finalmente, ter suas solicitações atendidas.

O fato de as solicitações dos diretores da instrução pública, sobre a implantação de grupos escolares, demorarem para serem atendidas, pode ser encarado como um indicativo plausível de como a legislação educacional, nesse período, era implementada a passos lentos. Um outro bom exemplo para ilustrar a lentidão com que assuntos referentes à instrução/educação eram tratados, foi a demora em se proclamar o direito ao ensino primário, que ocorreu somente em 1843, por meio de um ato decretado pelo presidente da província, José Thomaz Henriques, dezesseis anos após a implementação da lei de Criação das Escolas de Primeiras Letras, em 1827 (CORRÊA, 2009).

Nesse sentido, é interessante elucidar que as constantes modificações pelas quais o Pará Oitocentista passou, no que se refere à instrução pública, podem ter dificultado ainda mais a agilização do processo de concretização da legislação vigente. No período em questão, muitas são as discussões e legislações implantadas com a finalidade de regulamentar o ensino. Por esta razão, se torna interessante tratar acerca do panorama geral da instrução pública do período.

1.1 Panorama geral da instrução pública no Brasil e no Pará

No período Oitocentista, ocorreram intensos debates acerca da necessidade de escolarização, sobretudo daquela que era a parcela mais desprivilegiada da população. Segundo Faria Filho (2000), ainda na década de 30 do século XIX, diversas leis provinciais foram implementadas para, dentro de certos limites, tornar obrigatória a frequência das crianças na escola. No entanto, ainda segundo o autor, nesse período, “as ideias estão, continuamente, fora do lugar” (FARIA FILHO, 2000, p. 135). Isto é, haviam constantes modificações também nas legislações referentes à Instrução Pública. Logo, as mudanças eram sucedidas por estranhamento e esse fator, entre outros, estava possivelmente ligado à demora na assimilação das novas leis em vigência. Ainda assim, estudos acerca da educação brasileira no século XIX, apontam que em várias províncias haviam intensas discussões acerca da escolarização da população, em especial, se tratando das “camadas inferiores da sociedade” (FARIA FILHO, 2000, p. 135).

Sobre as primeiras tentativas do governo de legislar sobre escolarização, Faria Filho (2000) afirma que nos anos iniciais do século XIX, o governo estabelecia e mandava construir “escolas de primeiras letras”. Nessas instituições, a criança deveria ser introduzida nos rudimentos do saber, ler, escrever e contar. Posteriormente, foi-se substituindo as escolas de primeiras letras por instrução elementar, que surgiu para além da necessidade de generalização ao acesso às primeiras letras, mas com um conjunto de outros conhecimentos. A fala do representante do Estado Imperial como presidente da Província do Pará, Francisco José de Souza Soares D’Andrea, para mostrar os diferentes agentes que se ocuparam de ensinar a leitura e escrita na província, demonstra a necessidade de legislações mais articuladas. Segundo D’Andrea:

Pelo uso antigo de se aceitar para ensinar os primeiros rudimentos a um menino, uma velha ou um homem qualquer, e sem muito escrúpulo, se tem conservado o abuso de entender que se bastam para mestres de primeiras letras homens que mal sabem ler, e de modo nenhum escrever certo, e ainda mesmo contar (Província do Grão Pará, 1838, p. 3).

Como se pode ver por meio desta citação, a Instrução Pública estava em situação precária, no que diz respeito a mestres competentes e plenamente capazes de exercer a função como educadores. Por essa razão, a necessidade de uma reforma na Instrução se tornava cada vez mais evidente.

De acordo com Coelho e Maciel (2018), a lei imperial de 15 de outubro de 1827, já citada acima, previa estruturas prescritivas e regulamentares, mas, como se sabe, essa imposição

era algo que ainda estava longe da realidade, pois além da precariedade da estrutura oferecida e das poucas escolas existentes, algo a mais dificultava a instrução pública, como por exemplo: a falta de bibliotecas e livrarias nas primeiras décadas do século XIX. Baena (2004, p. 210) declara que essa ausência de cultura letrada favorecia a circulação de “Agiólogos² e novelas destituídas de filosofia e moralidade, que lisonjeiam as paixões mais comuns, e outras em que os bons costumes e o bom senso não são respeitados”.

Razzini (2014) afirma que no século XIX, apesar de as leis brasileiras de obrigatoriedade e gratuidade da instrução partirem do poder central, a educação pública nacional permaneceu regionalizada, isto é, cada província instituíam suas próprias leis. Por esse motivo, ocorreu um acirramento nas desigualdades, tendo em vista que nem todas as regiões dispunham de recursos necessários para aplicação da legislação. Nesse sentido, houve um desenvolvimento mais acentuado no sistema de ensino das regiões urbanas.

1.2 Métodos de ensino adotados no ensino primário paraense

A maneira de ensinar sofreu uma severa transição no decorrer do século XIX. Essa transição ocorreu na forma de organização do ensino, como afirmam Coelho e Maciel (2018). Isso culminou na generalização da aceitação do método simultâneo em detrimento do ensino individual. O método simultâneo envolve “a ação do professor sobre vários alunos simultaneamente”, enquanto o ensino individual consiste “em que o professor, mesmo quando tinha vários alunos, acabava por ensinar cada um deles individualmente” como aponta Faria Filho (2000, p. 142). No uso do método simultâneo, a formação de classes poderia se tornar homogênea, pois esse método permitia a produção de material para manter um grupo diverso de alunos ocupados ao mesmo tempo e, por consequência, haveria uma unificação do currículo (FARIA FILHO, 2000). A partir do ensino simultâneo, a escola passou a exigir uma variedade de materiais escolares que atendessem à demanda dos alunos.

No Pará Imperial, destaca-se a Lei n. 97, de 28 de junho de 1841, que em seu artigo 1º, institui que a Instrução Pública nesta Província compreende a Primária e a Secundária. A lei, em seu art. 4º, determina que o método do ensino a ser seguido para a instrução primária é o do Curso Normal do Barão *Degerando*. De acordo com Bastos (1998), Barão *Degerando* foi uma

²Agiólogos são enciclopédias portuguesas que tratam sobre o hagiólogo nacional, que diz respeito às santas - conquistas portuguesas, história e viagens ilustres (FERNANDES, 1996).

figura muito importante para a instrução primária popular no início do século XIX. A autora ressalta que “sua atuação foi consagrada ao desenvolvimento da educação do povo, como forma de melhorar a espécie humana” (BASTOS, 1998, p. 101). Conforme aponta Moacyr (1939), em 1840, o governo é autorizado a comprar quantos exemplares forem necessários da tradução o *Curso Normal do Barão Degerando* (MOACYR, 1939, p. 75-76). Esse curso faz apologia ao ensino mútuo e segundo Faria Filho (2000) tinha como principal característica o uso de alunos “mais adiantados” como auxiliares dos professores durante a aula.

Em 27 de outubro de 1851, é implantada a lei n. 203, que trata dos métodos de ensino a serem aplicados aos alunos do ensino primário. O artigo 1º revela que

As escolas de instrução primária constarão de dois graus, primeiro e segundo. No primeiro grau se ensinará a ler, escrever, aritmética até proporções, gramática e ortografia prática, e noções dos deveres morais e religiosos. No segundo a ler, escrever, aritmética com aplicações ao comércio, geometria prática, gramática nacional, noções gerais da história e geografia do Império, noções dos deveres morais e religiosos, leitura da Constituição e do Código Penal do Império (PARÁ, 2011, p. 297).

Nesta mesma lei, porém, em seu art. 4, consta que “o método de ensino será para as escolas do 1º grau o individual; e para as do 2º o simultâneo” (PARÁ, 2011, p. 297). No art. 6, ainda da Lei n. 203, consta que a instrução em todas as escolas femininas deveria seguir o método simultâneo e consistiria nas seguintes matérias: “ler, escrever, gramática e ortografia prática, aritmética até às quatro operações, noções dos deveres morais e religiosos, e os misteres próprios à educação do sexo” (PARÁ, 2011, p. 297).

Para a correta aplicação dos métodos de ensino, de acordo com o art. 38, deveriam ser designados delegados para a inspeção. Esta norma estava disposta no Regulamento de 5 de fevereiro de 1852, em que no art. 39 consta que os visitantes deveriam

Visitar uma vez por ano todas as escolas, e aulas, tanto públicas, como particulares, do seu distrito, em tempo de trabalho, inspecioná-las, examinar minuciosamente o estado delas, qual o método seguido no ensino, o modo como for dado a educação religiosa; conhecer do grau de aproveitamento dos alunos; e informar-se da assiduidade e procedimento dos professores, e se cumprem a todos os respeitos as suas obrigações (PARÁ, 2011, p. 306).

O art. 53 regulamenta que os professores das escolas particulares da Capital seriam obrigados a fornecer aos Delegados dois mapas: um no começo do ano, onde deveria constar o número dos seus alunos; outro, no fim do ano, no qual declarariam o grau de aproveitamento

desses alunos. Aos Delegados, caberia remeter ao Diretor estes mapas logo que os recebessem dos professores. Ainda, no art. 54, Diretor, Delegados e Visitadores, poderiam ter o direito de exigir dos professores particulares todas as informações que julgassem convenientes, isto é, poderiam solicitar informações tanto sobre o método do ensino quanto sobre o regime e disciplina das escolas. Além disso, essas autoridades teriam o direito de visitar as escolas todas as vezes que lhes parecesse conveniente.

Para que todas as exigências fossem seguidas, o diretor poderia orientar os professores sobre as melhores formas de proceder em sala de aula, no que se refere ao método e horas do ensino, à distribuição dos alunos em classe e ao regime e disciplina das aulas (art. 68), desde que fosse com a devida aprovação do Presidente da província (PARÁ, 2011, p. 306).

Por fim, segundo Faria Filho (2000), depois de um intenso trabalho divulgando e produzindo variados impressos pedagógicos – livros, revistas e jornais –, além da aproximação entre os campos da psicologia e pedagogia, ocorreram várias discussões acerca da pertinência do método intuitivo na escola primária até a década de 30 do século XX. Segundo Faria Filho (2000), o método intuitivo era denominado dessa forma porque seus defensores acentuavam a importância da intuição e observação no processo de ensino e aprendizagem (FARIA FILHO, 2000, p. 143-144).

1.3 O cenário educacional: livros de leitura e gramáticas primárias

Ao tratar sobre o cenário educacional no qual os livros de leitura e as gramáticas primárias estavam inseridos no século XIX, é importante apontar o papel fundamental da vinda da Família Real para o Brasil em 1808, que trouxe um acervo muito grande de livros. Duarte (2018) mostra que os primeiros livros escolares foram produzidos pela Imprensa Régia, que depois viria a se chamar Imprensa Nacional. Nesse período, no entanto, o mercado do livro escolar era pequeno e parecia não interessar muito às editoras nacionais.

O reconhecimento da relevância dos livros de leitura na educação tem se tornado cada vez mais evidente. Os estudos nessa área específica da história da educação vêm aumentando, principalmente nos últimos anos. Segundo Razzini (2014), a história do livro de leitura escolar, assim como a cultura escolar como um todo, se encaixa dentro de um processo de industrialização e consolidação da hegemonia das sociedades capitalistas europeias, assim como no contexto de ascensão da burguesia e da constituição dos estados nacionais.

Na segunda metade do século XIX, Duarte (2018) aponta que houve grande interesse pela produção de livros no país. Sendo produzidos muitos livros de leitura em séries graduadas, voltados para o público infantil. Sobre o interesse na produção de livros escolares, Carbone afirma que:

A ampliação do mercado de material escolar (e especialmente do livro didático) está ligada à consolidação dos sistemas nacionais de educação pública em curso na Europa e América na segunda metade do século XIX. Os livros escolares fazem parte das condições de infra-estrutura física e cultural criadas para essa consolidação (CARBONE, 2003 apud RAZZINI, 2014, p. 101).

Em relação a esta consolidação, Bragança (2002, p. 75) afirma que o período em questão, além de ter significado uma fase de grande desenvolvimento das forças produtivas no Brasil e no mundo, no que se refere às lutas tanto políticas quanto ideológicas, criaram um ambiente favorável à ampliação do público leitor.

Ao longo do período estudado, muitas foram as referências ao uso dos manuais didáticos destinados às escolas. Uma informação interessante trazida por Batista e Galvão (2009), é a de que estes manuais podem ser tanto textos ou impressos usados na escola quanto aqueles materiais realmente destinados à educação. Duarte (2018) corrobora essa afirmação ao pontuar que

muitos livros, textos e impressos que a escola adotou, considerando-os adequados para instrução/educação de crianças e jovens no Império e na Primeira Republica, não foram, em sua origem, destinados a escola, mas foram utilizados por ela para auxiliar no desenvolvimento das atividades didáticas (DUARTE, 2018, p. 107).

No entanto, apesar desta realidade representar um fato marcante no que diz respeito ao cenário educacional Imperial – ou mesmo republicano –, Duarte (2018) reforça que, nessa época, existiam também impressos que foram produzidos com a intenção de serem direcionados ao mercado escolar.

Razzini (2014) afirma que os primeiros livros escolares brasileiros foram produzidos a partir de 1810. Contudo, cabe frisar que apesar do crescimento da produção de material nacional na segunda metade do século XIX, as principais gramáticas utilizadas nesse período e a maioria dos livros usados nas escolas brasileiras eram importados da Europa, especialmente de Portugal. Esse fator se devia, em muito, à já citada aparente falta de interesse das editoras nacionais, associada à não obrigatoriedade da escolarização e ao método de ensino adotado nas escolas de

Primeiras Letras. O método em questão é o de ensino monitorial, isto é, nessa época, as escolas que funcionavam com classes isoladas, adotavam o ensino mútuo ou *lancasteriano*, cuja característica mais marcante era o uso de alunos como auxiliares dos professores. Para Duarte (2018), o uso desse método justificava-se porque pretendia-se atingir, em pouco tempo e a custos baixos, o maior número possível de alunos.

No século XIX, no Brasil, ocorreu uma significativa transição nos modos de ensino da escrita e da leitura. Conforme frisam Coelho e Maciel (2018), nos primeiros anos do século XIX, a escola ainda não era tratada como uma instituição educativa principal e os livros de leitura eram utilizados prioritariamente por instrutores que buscavam instruir os filhos das famílias por quem eles (os instrutores) eram contratados. Aquilo que estava prescrito pela lei imperial de 15 de outubro de 1827, ainda era algo longe da realidade, pois esta, em seu 1º artigo, dizia: “em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverá escolas de primeiras letras que forem necessárias” (FARIA FILHO, 2000, p. 137).

Em se tratando de Instrução Pública, eram urgentes e necessárias instalações minimamente adequadas. Levando em consideração a demora com que as solicitações referentes à Instrução Pública eram atendidas, Coelho e Maciel (2018) apontam que foi apenas a partir dos anos 70 do século XIX, que houve um crescimento gradual de escolas elementares. Mas, apesar da necessidade de implantação dessas instituições de ensino, o Pará só teve seu primeiro grupo escolar instalado no final do século. De acordo com França (2018), um relatório enviado em 1891, pelo diretor da província José Veríssimo Dias de Matos, ao governador Justo Chermont, revela que não se podia mais ignorar a escola moderna e que esta devia ser construída de acordo com as regras estabelecidas por mestres, pedagogos e arquitetos. José Verissimo garantiu que a realidade precária da instrução pública era plenamente conhecida pelos governantes. Apesar de suas solicitações, o diretor alegava que o poder público era indiferente às suas reivindicações e ressaltava que o problema em questão não era a falta de condições financeiras, tendo em vista o surto da economia da borracha em 1870, que tornou Belém um centro comercial de alta relevância.

Em sua análise dos relatórios de Alexandre Vaz Tavares, diretor da Instrução Pública de 1893 a 1894, enviados ao governador Lauro Sodré, Coelho (2008) aponta que o diretor afirma que há urgência na construção de prédios apropriados para a instrução pública. No entanto, as proposições dos diretores das províncias, que ocorreram desde as últimas décadas do século XIX, foram se concretizar apenas em 1901, com inauguração do primeiro grupo

escolar em Belém denominado José Veríssimo, em homenagem àquele que tanto se esforçou para que sua proposta se tornasse realidade (FRANÇA, 2018, p. 4).

A partir da implementação de grupos escolares, foram produzidos vários livros escolares, entre os quais temos as séries graduadas de leitura. Estas obras tinham como proposta, atentar para idade e grau de conhecimento das crianças, para tanto, tratavam os assuntos de maneira gradual. Além disso, nessa época, também houve o movimento de nacionalização dos livros escolares.

Sobre as condições materiais da época, no Brasil, no século XIX, há uma preferência por produtos importados da Europa. Essa preferência atinge vários setores da sociedade, tanto no que diz respeito ao consumo de bens materiais quanto na apropriação de bens culturais. Essa tentativa de se igualar aos europeus também se refletiu na educação. Isso pode ser constatado por meio da afirmação de Duarte (2018, p. 141):

No final do século XIX e início do século XX, o governo brasileiro impõe-se como instituição dominante e usa a escola como foro privilegiado de suas intenções, uma das quais é inserir o país na lógica econômica do desenvolvimento industrial da Europa.

Por meio dessas palavras, pode-se verificar que, no século XIX, há uma intensa valorização da cultura estrangeira. Contudo, esse não era o único fator com peso ideológico presente nas decisões que norteavam a aprovação de compêndios escolares. Duarte (2018, p. 141) afirma também que, há duas ideologias que entram em concorrência na produção do livro escolar no Brasil, as quais “buscam manter-se e legitimar-se: aquela que valoriza os bens culturais importados da Europa, a qual é representada pela elite brasileira [...], e aquela que busca desenvolver uma cultura nacional tanto na forma quanto no espírito[...]”.

Ao deparar-se com esse embate de posicionamentos, Duarte (2018) defende que o livro escolar, de certa forma, assume o papel de “ferramenta de legitimação” da tentativa, por parte da elite brasileira, de incorporar, mesmo que superficialmente, práticas importadas da Europa, sobretudo, da França. Dessa forma, o livro de leitura brasileiro, que tem suas origens diretamente ligadas à cultura francesa, promove um contraste entre a cultura elitista, voltada para tornar os filhos dessa elite sujeitos de um mundo civilizado, e uma ideologia baseada na exaltação da cultura nacional.

No que se refere à produção de gramáticas no período Oitocentista, ocorre uma forte ligação entre a produção significativa e a formação de uma identidade nacional. De acordo com Fávero (2000), os períodos das gramáticas produzidas durante o século XIX, podem ser classificados em: Filosófico e Científico. Na primeira metade do século XIX, predominava a Gramática Filosófica, que possuía um caráter mais dogmático e pretendia reger as regras do pensar. Ainda conforme a autora, a gramática, nesse período, vivia de seus fantasmas e nenhum gramático se preocupava em falar de fato sobre o Brasil, assim o que soava diferente era nomeado de forma pejorativa como *brasileirismo*. Enquanto na segunda metade do século XIX, com o advento da gramática científica, tenta-se, por exemplo, aplicar os princípios do evolucionismo à língua portuguesa, de forma a evitar que as novas produções se tonassem apenas uma exposição dos usos da língua (FÁVERO, 2000, p. 185 -187).

O século XIX foi marcado por mudanças marcantes, tanto no que se refere a fatores sociais e tecnológicos quanto a fatores econômicos ou políticos. Na segunda metade deste século, as discussões envolvendo os ideais republicanos culminaram na proclamação da República, no ano de 1889. Foi apenas a partir de então (da segunda metade do século XIX) que o processo de gramatização no Brasil começa, de fato, pois foi quando começaram a surgir instrumentos linguísticos que apontavam para a diferença entre o português do Brasil e o português de Portugal (BARROS; DUARTE, 2021, p. 340).

Em relação ao processo de gramatização no Pará, é de extrema importância citar o autor paraense Julio Cezar Ribeiro de Souza, que conforme aponta Duarte (2021), deu início ao processo de gramatização no Pará. O autor foi o primeiro a publicar uma Gramática destinada ao ensino do vernáculo. A *Grammatica Portugueza* (1872) foi um compêndio voltado às escolas primárias da província. Sobre a produção e publicação da gramática, Julio Cezar Ribeiro de Souza, foi premiado com 1:000\$000 (um conto de réis) pelo Barão de Santarém, Diretor Geral Interino da Instrução Pública no Pará, em 1872. O Barão aprovou a premiação por considerar o compêndio como um dos melhores que havia na época. No entanto, apesar dos elogios, o diretor do Conselho exigiu que Julio Cezar fizesse alterações na gramática, já que as gramáticas produzidas na época eram de concepção filosófica e obedeciam à tradição gramatical portuguesa. Nesse sentido, qualquer forma de expressão que referenciasse o falar brasileiro poderia ser considerado um “*brasileirismo*” (DUARTE, 2021, p. 136-140), no sentido pejorativo da palavra.

De acordo com as considerações de Barros e Duarte (2021), baseando-se nos estudos de Aurox (1992), a gramática possuía bastante destaque tanto como técnica pedagógica de ensino-aprendizagem das línguas quanto como um meio de descrevê-las. Nesse sentido, se torna impensável negar a importância desse material destinado às escolas. Em se tratando do ensino de língua portuguesa, a gramática teve importância fundamental no que se refere ao ensino de leitura e escrita.

No Pará Oitocentista, as gramáticas produzidas deveriam passar pela aprovação do Conselho de Instrução Pública da província. A aprovação desses compêndios obedecia a algumas determinações relacionadas a aspectos sociais, ideológicos e até mesmo políticos da época. Além disso, também se levava em consideração a reputação de autores. Grande parte daqueles envolvidos na produção de gramáticas eram professores da instrução pública.

2 A REGULAMENTAÇÃO DO ENSINO DA LEITURA E DA GRAMÁTICA E AS IDEOLOGIAS SOBRE A APROVAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES NO PARÁ OITOCENTISTA

No período Oitocentista, ocorreram intensas modificações na legislação referente à Instrução Pública, no Brasil e no Pará. Vários preceitos legais foram regulamentados para a instrução da leitura e da gramática. Houve, também, dispositivos legais que incentivaram a produção de livros escolares. Entretanto, a aprovação desses compêndios estava vinculada às ideologias da elite paraense. Abaixo, trataremos dessas questões.

2.1 O ensino da leitura e da gramática

O Decreto Imperial de 15 de outubro de 1827, que regulamenta a criação das escolas de Primeiras Letras em todas as regiões (cidades, vilas, etc.) mais populosas do Império, foi o primeiro dispositivo legal, relacionado ao ensino elementar, a vigorar. O art. 6º trata especificamente de disciplinas. Vejamos:

Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as noções mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Imperio e a Historia do Brazil (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL – 1827, vol. I, p. 71).

Além de ser pioneiro, ao tratar do ensino elementar, o decreto também se tornou um marco, pois suas contribuições envolvem descentralização do ensino, remuneração dos professores, ensino mútuo, currículo mínimo, admissão de professores em escolas de meninas, entre outras. No entanto, por tratar-se de um decreto imperial, não contemplaria aspectos específicos da realidade das províncias.

Por meio do Ato Adicional de 1834, houve uma significativa proposta de mudança no cenário político e educacional, pois além de o preceito legal conferir maior autonomia às províncias no que diz respeito à instrução pública, também autoriza as Câmaras municipais e o governo provincial a contrair empréstimos com a finalidade de sanar suas despesas (BRASIL, 1834). A instrução proposta pela legislação provincial, a partir da Diretoria de Instrução Pública, em 1841, passou a seguir as indicações da Corte para o ensino secundário, ao passo que os métodos e o conteúdo do ensino primário seriam responsabilidade de cada província. Desde o

ato adicional, os presidentes das províncias passaram a tomar decisões autônomas com relação à Instrução Pública. Na província do Pará, segundo o art. 2º da lei n. 97, de 28 de junho de 1841, sancionada pelo Vice-Presidente da província Bernardo de Souza Franco, a Instrução Primária geral e gratuita, seria ensinada em escolas e contaria com a existência de duas classes de estudos que seriam válidos para meninos e meninas. As classes eram distribuídas da seguinte forma:

Classe 1ª. Leitura e Escrita ou Caligrafia, Princípios de Aritmética com o perfeito conhecimento das quatro operações aritméticas em números inteiros, fracionados, complexos e proporções; Gramática da Língua Nacional, e Elementos de Ortografia. Classe 2ª. Princípios de Moral Cristã e da Religião do Estado, Noções de Civilidade, Elementos Gerais de Geografia, Leitura da Constituição e da História do Brasil (PARÁ, 1841, art. 2º).

No art. 3º. da mesma lei, constava que para o sexo feminino, “além das matérias das duas Classes, ensinar-se-á mais [...] o uso da agulha de cozer, e de meia; o bordado, as regras de talhar e cozer os vestidos, e os mais misteres próprios da educação doméstica”. O método de ensino definido para Instrução Primária era o do Barão Degerando (Art. 4º), aquele voltado para a aplicação do ensino mútuo nas escolas. A Instrução secundária (Art. 8º) compreenderia dois cursos: Humanidades e Comércio. As cadeiras disponíveis eram:

1ª. Língua Latina. 2ª. Língua Francesa. 3ª. Aritmética, Álgebra, e Geometria. 4ª. Filosofia Racional e Moral. 5ª. História Universal, Geografia Antiga e Moderna, História do Brasil. 6ª. Retórica, Crítica, Gramática Universal e Poética. 7ª. Escrituração Mercantil e contabilidade. 8ª. Língua Inglesa (PARÁ, 1841, Art. 8º).

Em outubro de 1851, foi sancionada pelo presidente Fausto Augusto de D’Aguiar, uma lei mais detalhada sobre a Instrução Pública paraense. Trata-se da lei n. 203, de 27 de outubro de 1851. Nela estava expresso o objetivo de estabelecer escolas de 1º grau da instrução primária em todas as localidades da província onde fosse possível reunir de 15 a 30 alunos e escolas de 2º grau onde pudesse concorrer de 30 a 100 alunos (PARÁ, 2011). Nessa divisão do ensino primário (1º. e 2º. graus), o conteúdo a ser ensinado foi organizado da seguinte forma:

No primeiro grau se ensinará a ler, escrever, aritmética até proporções, gramática e ortografia prática, e noções dos deveres morais e religiosos. No segundo a ler, escrever, aritmética com aplicações ao comércio, geometria prática, gramática nacional, noções gerais da história e geografia do Império, noções dos deveres morais e religiosos, leitura da Constituição e do Código Penal do Império (PARÁ, 1851, art.1º).

No dia 8 de novembro do mesmo ano, o presidente Fausto Augusto D'Aguiar elaborou um regulamento para o Liceu Paraense, amparado pelo artigo 36 da Lei n. 207. Assim, ficou definido no capítulo 1º, referente ao programa de estudos e à ordem de ensino, que seriam ensinadas matérias em 6 anos, cujas cadeiras se dividiram em:

§ 1º. Latim. § 2º. Língua Francesa. § 3º. Língua Inglesa. § 4º. Aritmética, Álgebra, Geometria plana e no espaço, Trigonometria retilínea, Escrituração mercantil. § 5º. História universal e Geografia, especialmente do Brasil. § 6º. Filosofia racional e moral (PARÁ, art. 1º, 1851).

No artigo 2º, era definida a ordem do ensino de acordo com o seguinte modo: no primeiro ano de curso, seriam ensinados Latim, Francês, Aritmética e Álgebra; no segundo ano: Latim, Francês, Geometria, Trigonometria, Escrituração mercantil e Inglês; no terceiro ano: Latim, Inglês, História e Geografia; no quarto ano: Latim, História e Geografia, Filosofia e Retórica; no quinto ano: Filosofia e Retórica, Elementos de Física e Desenho; no sexto e último ano de curso: Desenho, elementos de Química e princípios gerais de Botânica. No entanto, as duas últimas cadeiras foram extintas no ano seguinte por não haver professores habilitados para assumi-las, de acordo com o próprio presidente Fausto D'Aguiar.

Em 6 de dezembro de 1859, a Lei n. 348, decretada pelo presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, autorizava o governo da província a reformar a Instrução Pública, tendo por princípio a supressão das escolas de instrução primária conforme o conveniente, uma vez que a diminuição das escolas de instrução primária resultaria no aumento dos ordenados dos professores, que recebiam anualmente 600 mil-réis por cada uma das cadeiras ocupadas. Sobre as cadeiras criadas por esta mesma lei, foi prescrita a divisão daquelas já existentes, isto é, as cadeiras de História e Geografia e Aritmética, Álgebra e Geometria foram divididas em quatro cadeiras: História Universal, em particular, a do Brasil; Geografia; Aritmética, Álgebra e Geometria e Contabilidade e Escrituração Mercantil (DUARTE e GAMBOA, 2016, p. 43).

Anos depois, é sancionada a Lei n. 664, de 31 de outubro de 1870, que em seu art. 1º, propunha reformas na instrução primária, ao dividir o ensino primário em: ensino primário inferior e ensino primário superior.

§ 1º. O ensino primário inferior constará de leitura, escrita, as quatro operações sobre números inteiros e fracionários, noções praticas do sistema métrico de pesos e medidas, noções de gramática portuguesa e moral civil e religiosa. § 2º. O ensino primário superior compreenderá: a gramática portuguesa, elementos de aritmética e de geometria, de geografia, história e noções rudimentares de ciências físicas e naturais (PARÁ, Art. 1º e 2º, 1870).

No art. 3º da mesma lei, constava que o ensino primário inferior seria obrigatório.

Por fim, no ano de 1875, é regulamentada a Lei n. 848, sancionada pelo presidente Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides. Nela está expresso, em seu art. 2º, que a escola normal primária seria dividida em duas partes:

a primeira compreenderá as cadeiras de gramática da língua nacional, de aritmética e geografia elementar, de noções de geografia e história desenvolvidas nas partes relativas ao Brasil e de pedagogia e legislação do ensino. [...] A segunda parte constará das cadeiras de moral e religião, de desenho e de música (PARÁ, Art. 2º, 1875).

Sobre os livros escolares, conforme Castanha (2007), estes sempre estiveram presentes nas escolas, porém seu uso não era livre e uma prova disso era que as autoridades se ocupavam de sempre fiscalizar a adoção para uso nas escolas. Nesse sentido, uma das formas utilizadas para manter esse controle foi a implementação do decreto n. 9397, de 7 de março de 1885. O decreto em questão, determinava, entre outras coisas, que “nenhum livro, mapa ou objeto de ensino será adotado nas escolas publicas sem prévia aprovação do Ministro do Império, ouvido o Conselho Director, que dará parecer fundamentado” (BRASIL, 1885). Ainda no decreto 9397 de 1885, em seu art. 3º, pode-se verificar que

Os livros ou objectos approvedos classificar-se-hão do seguinte modo:

- 1º Para serem utilizados pelos alumnos na classe;
- 2º Para servirem aos professores nas suas explicações;
- 3º Para fazerem parte das bibliothecas escolares ou da ornamentação das aulas;
- 4º Para serem distribuidos como prêmios (BRASIL, 1885).

As determinações prescritas preconizavam uma sistematização, desde a aprovação até o uso dos materiais escolares, de forma a exercer controle sobre o que seria ensinado pelos professores aos seus alunos. Reforçando essa afirmação, no art. 4º, do decreto 9397, consta que “Nenhum livro ou objecto deverá applicar-se a fim diverso daquelle para que tiver sido adoptado.” (BRASIL, 1885).

Ao realizar uma observação acerca das leis, visando a regulamentação da Instrução Pública no território provincial, verifica-se que os gestores públicos, na forma de presidentes provinciais, haviam conseguido êxito na tarefa de criação e instituição da legislação. No entanto, muito do que foi preconizado só existiu no papel, pois muitas escolas não dispunham de espaço adequado para a realização do exercício escolar. Além disso, havia uma grande precariedade

nas condições de trabalho dos professores que, além da baixa remuneração, assumiam várias disciplinas e, em sua maioria, sem formação para exercer a função. Tudo isso contribuiu para o alto índice de reprovação escolar e, por consequência, inviabilizou parcialmente o projeto ideológico moralizador da sociedade de o período Imperial do Brasil (CORRÊA, 2009).

Após a verificação das leis no campo jurídico, é importante estabelecer uma discussão acerca da sua aplicabilidade no âmbito social. Sobre o assunto, Maia (2014) discorre que o debate acerca da execução das leis é bastante frequente entre os historiadores, rompendo os limites das barreiras jurídicas e adentrando a área das ciências sociais. Nesse sentido, um argumento recorrente é o de que a lei – apesar de instituída – não necessariamente se concretiza, logo não corresponde à realidade (MAIA, 2014, p. 463).

2.2 As ideologias que nortearam a aprovação de livros escolares

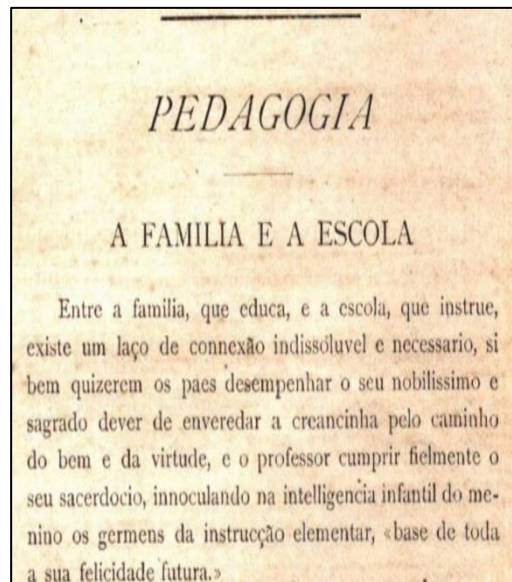
Conforme já tratado acima, a partir de 1834, com a implementação do Ato Adicional n. 16, de 12 de agosto de 1834, foi atribuída às províncias a responsabilidade sobre a instrução primária. No entanto, a responsabilidade sobre as adequações da legislação à realidade das províncias, aliada à obrigatoriedade do ensino, incluída na constituição de 1827, de certa forma pressupunham uma realidade burocrática e financeira totalmente incompatível com aquela vivida na época em que tais leis foram instituídas. De certa forma, o Ato Adicional, representou um agravamento da situação, tendo em vista que as províncias, com seus orçamentos reduzidos, não teriam condições de realizar investimentos ou mesmo gerenciar a efetivação do ensino (OLIVEIRA, 2011, p. 7). Na província do Pará, nesse período, o governo criou medidas de incentivo à produção de livros escolares, principalmente por parte dos educadores. No entanto, os livros deveriam seguir padrões bastante rígidos e restritos que envolviam a doutrinação dos alunos nos moldes da sociedade imperial e predominantemente católica.

Segundo Zacheu (2015), o livro foi usado em diferentes momentos da história do Brasil como instrumento de reprodução ideológica das classes dominantes. A afirmação acerca da vinculação de ideologias aos livros de leitura pode ser reforçada pelo fato de que, na época, os materiais aprovados deveriam ser capazes de fornecer, além de conhecimentos variados, gosto pela leitura e desenvolvimento moral e cívico a um público restrito, em grande parte constituído pela elite. Sendo assim, esses materiais transmitiam valores ligados a estes grupos, constituindo

aquilo que a autora denomina como “mercadoria bastante lucrativa e que ainda hoje representa os interesses de determinados segmentos da sociedade” (ZACHEU, 2015, p. 2).

Conhecer as ideologias que regeram a aprovação dos livros escolares no Pará imperial é fundamental para a compreensão acerca da circulação de livros no período. Para Nosella (1981), textos direcionados à instrução, que aparentemente eram neutros, estavam impregnados de conteúdos ideológicos até nos mínimos detalhes. Segundo a autora, os livros escolares se destacavam ao veicular valores que não atendiam as necessidades dos mais pobres. Aspectos ideológicos apresentados por Nosella (1981), como presentes no ambiente estudantil, podem ser percebidos em um trecho retirado da *Revista Educação e Ensino*:

Imagem 1: A família e a Escola



Fonte: Revista Educação e Ensino, 1894, n. 2. p.18.

É possível verificar que temáticas relacionadas à influência da família no ambiente escolar eram bastante valorizadas no contexto escolar e eram levadas em consideração durante a aprovação dos compêndios pelo Conselho Superior de Instrução Pública da província do Pará, pois como está bem explicito no impresso acima, da edição n. 2, de 1894, da *Revista Educação e Ensino*, aqueles encarregados pela aprovação dos livros de leitura se encontravam bastante inclinados a crer que “existe um laço de conexão indissolúvel e necessário” entre a família e a escola.

Sobre o tema Pátria, pode-se verificar um texto do parecer sobre livros escolares, contido na *Revista Educação e Ensino*, de 1894, no qual está sendo feito um comparativo entre

a obra de Augusto Pinheiro e a obra de Felisberto de Carvalho. Em determinado ponto é argumentado que a comparação não se sustenta, pois, entre outras coisas, as obras do Sr. Felisberto de Carvalho são pobres em assuntos patrióticos. No entanto, apesar disso, a certa altura alega-se que não há possibilidade de sustentar um confronto entre as duas obras, uma vez que, enquanto Augusto Pinheiro é desprezioso em sua produção, Felisberto de Carvalho trabalhou em uma edição mais luxuosa (PARÁ, 1984, p. 58).

Imagem 2: Comparações feitas entre a obra de Augusto P. e a obra de Felisberto de Carvalho

Não desconheço o alto valor litterario e pedagogico das obras do Sr. Felisberto de Carvalho, não contesto os merecimentos do escriptor; mas creio que, nas circumstancias actuaes do ensino primario do nosso Estado, não poderiam essas produções ser impostas ás escolas publicas sem produzirem nellas uma desorganisação no trabalho, uma verdadeira revolução no ensino, como procurarei demonstrar no correr d'este insignificante parecer.

Não é possível sustentar um confronto entre o *Segundo Livro de Leitura* do Sr. Felisberto de Carvalho e o do Sr. Augusto Pinheiro; o d'este, modesto e dispretencioso, como a infancia á que é dedicado, não possui valor litterario, não se recommenda pelo estylo, não se eleva pelos assumptos, é uma agglomeração de contos infantis, que só ás creanças pode convir; o d'aquelle é um livro de edição luxuosa, ornado de bellas gravuras, rico de erudição e de gosto litterario, que até a homens pode interessar; no entanto o primeiro é um livro que está ao alcance de todos os paes de familia, o segundo só pode ser adquirido por quem poder dispôr de abundantes recursos; opto pois pela admissãõ do primeiro, quando não houvessem outros motivos, por ser um livro que ha de ser barato e ao alcance de todas as posses.

Imagem 3: Comparações feitas entre a obra de Augusto P. e a obra de Felisberto de Carvalho

As obras do Sr. Felisberto de Carvalho são pobres de assumptos patrioticos, como o reconheceu no seu luminoso parecer o intelligente professor Vilhena Alves. O segundo livro contém alguns contos infantis para leitura, acompanhados de exercicios logographicos para escripta, seguidos de exercicios de raciocinio e de elocução sobre as lições dadas, o que torna o trabalho penoso para o professor, muito demorado para o alumno, além de consumir tempo enorme com uma só turma, em prejuizo dos outros que ficam privados das lições do mestre inteiramente occupado com a turma privilegiada.

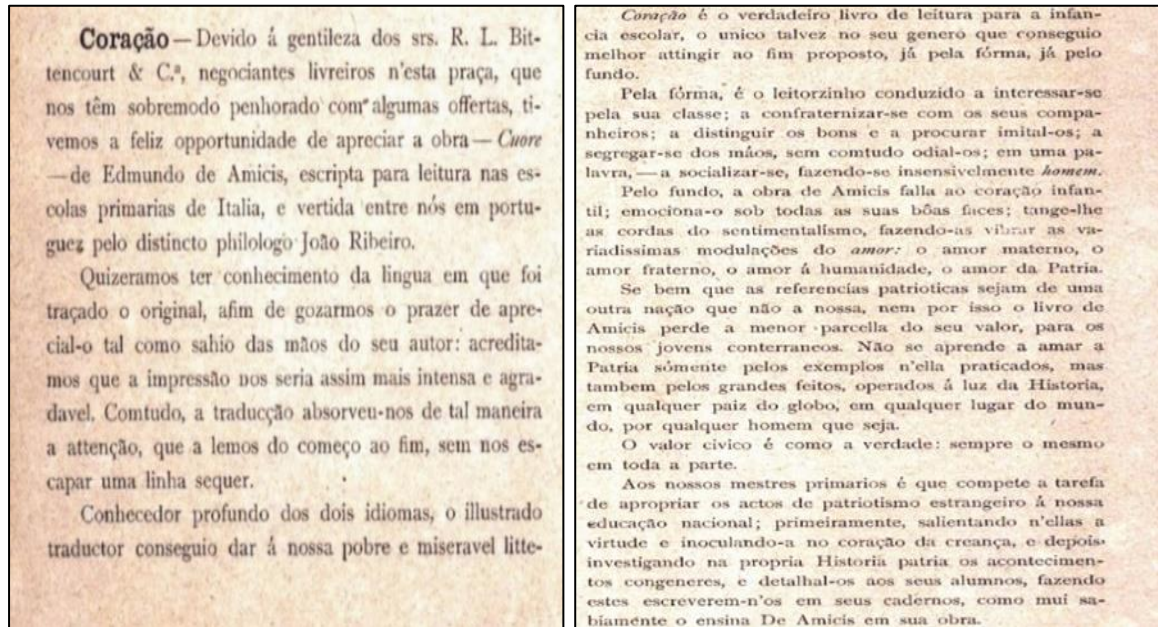
Fonte: Revista Educação e Ensino, 1894, n. 4, p. 58.

Os autores que participaram da produção de revistas com conteúdo voltado para a educação, especificamente durante o período imperial, foram, como afirma Fernandes (1996), “grupos que possuíam uma maneira de enxergar o mundo social com base em determinados valores que ajudaram a estruturar a vida social, cultural e política de cada país. Tais grupos-geração foram percebidos como herdeiros de seu tempo [...]”. Por meio do que ficou registrado nas páginas das revistas, é possível ter uma ideia da conjuntura social e ideológica vivida na época.

É interessante mostrar um texto de outra edição da *Revista Educação e Ensino* (1892), que fala sobre a razão pela qual *Coração (Coure)*, de Edmundo Amicis, é um livro completo pela forma como “o leitorzinho é conduzido a interessar-se pela sua classe; a confraternizar com seus companheiros; a distinguir os bons e a procurar imitá-los; a segregar-se dos *maos*,

sem contudo odiá-los [...]”. Pelas razões citadas, *Coure* é considerado um verdadeiro livro de leitura para a infância (PARÁ, 1892, p. 127).

Imagem 4: Texto sobre o livro de leitura— *Coração* Imagem 5: Texto sobre o livro de leitura— *Coração*



Fonte: Revista Educação e Ensino, v.2, n.8, 1892, p.127.

Como se pode ver, as razões que norteiam as considerações tão favoráveis sobre o livro são, em grande parte, ideológicas. Nesses casos, geralmente são defendidos ideais relacionados à família, à pátria, à religião aos bons modos regidos por regras pré-estabelecidas. Apesar do incentivo à produção regional, sempre houve uma necessidade de tentar adequar-se àquilo que vinha do exterior, mais especificamente, ao que vinha da Europa, como afirma Coelho (2011), ao sustentar que nesse momento histórico a elite brasileira quer ser europeia. Verifica-se, ainda, que, novamente, alguns dos temas como virtude e patriotismo, que estão entre os pontuados por Nosella (1981), vem à tona quando o assunto é a produção regional, principalmente àquelas voltadas às províncias. Tendo isso em vista, é válido salientar que “As crianças, submetidas à maciça inculcação dessa ideologia, não irão apenas aprendê-la, mas terão toda a sua estrutura de pensamento impregnada por ela” (NOSELLA, 1981, p. 13).

3 A CIRCULAÇÃO DE LIVROS ESCOLARES DE LEITURA E GRAMÁTICAS PRIMÁRIAS NO PARÁ OITOCENTISTA

O livro escolar de leitura possui uma espécie de identidade própria por meio da qual, segundo Bittencourt (2004), é possível ter uma dimensão do contexto histórico em que a escola e os alunos de determinado período estão inseridos, assim como das ideologias que são levadas em consideração para a adoção dessas obras em sala de aula. Nas seções a seguir, trataremos da circulação e da adoção de livros de leitura e gramáticas primárias no Pará Oitocentista a partir do exame da *Revista Educação e Ensino* do período de 1891 a 1895.

3.1 O documento histórico

Ao longo da história é possível que o pesquisador tenha se deparado com as mais diversas situações quando o assunto é a conservação de material histórico imprescindível para obtenção e conservação de conhecimento documental e arqueológico de uma determinada civilização. O conhecimento sempre foi, e sempre será, fonte de cobiça e ganância por parte dos povos, em grande parte por sua natureza libertadora das amarras produzidas pela ignorância ou mesmo das aprisionadoras barreiras criadas pelas ideologias dominantes. Essa característica colocou o documento histórico como alvo de correntes ideológicas supremacistas. Como exemplo, pode-se citar um evento marcante promovido pelo regime nazista que, em 6 de abril de 1933, realizou uma grande queima de livros considerados inimigos do *volk* (povo alemão), isto é, documentos que traziam informações opostas a uma ideologia dominante. Isto ocorreu porque

não bastaria só findar com o processo produtivo cultural dos judeus, ou então apenas censurar aquilo que já tivesse sido produzido. Para os nazistas, era importante ir mais fundo, começando com a rejeição e eliminação do que já existisse desse passado cultural judaico [...] (BRASIL, 2016, p. 41).

Considerando essa afirmação, pode-se entender que ao descartar o material histórico, o indivíduo também estará descartando parte da história de um povo. É possível perceber, por meio dessa informação, o quanto os registros são contundentes e importantes para a história.

Nessa mesma linha de pensamento, Karnal e Tatsch (2009) afirma que “o documento é base para o julgamento histórico”. Isso quer dizer que caso os documentos de uma determinada época sejam destruídos, nada poderá fundamentar as alegações dos estudiosos e historiadores, deixando, assim, uma lacuna histórica, dando margem às mais variadas interpretações. Sendo

assim, quem tem poder sobre o documento histórico tem poder sobre o conhecimento e, conseqüentemente, poderá manipular acontecimentos e percepções sobre determinados fatos. Dessa forma, não seria exagero afirmar que “sem o documento não há História” (KARNAL e TATSCH apud PINSKY, 2009, p. 9).

As alegações acerca da importância do documento para história e para o estudo na área da educação e da linguagem remetem a um questionamento a respeito do que é um documento histórico. Esse questionamento adquire um caráter ainda mais urgente quando os prejuízos que a destruição desses documentos pode causar na história são levados em consideração. Para responder a esse questionamento, Karnal e Tatsch fazem a seguinte afirmação: “O documento histórico seria uma folha (ou várias folhas) escritas por alguém importante” (KARNAL e TATSCH apud PINSKY, 2009, p. 10). Nesse sentido, documentos produzidos por pessoas importantes remetem a personalidades marcantes da história. Para ilustrar sua afirmação, Karnal e Tatsch (2009) apresenta o exemplo de uma carta em que Pero Vaz de Caminha, traz informações sobre a chegada dos portugueses ao Brasil.

Na província do Pará, houve uma produção considerável de material destinado à educação primária, entre compêndios, gramáticas e manuais de leitura. Apesar das dificuldades nesta área, é plenamente possível encontrar recortes históricos de relevância inquestionável, como se pode ver por meio dos estudos de Duarte (2018), em que a autora afirma que dentro do contexto de produção do livro didático no Brasil, o Pará ocupa uma posição de destaque, especialmente, na segunda metade do século XIX. Ainda segundo Duarte (2018), o Pará se inseriu no campo de impressão e editoração desde a Independência do Brasil. Apesar disso, Moreira (1979, p. 11) afirma que “as primeiras oficinas gráficas eram muito rudimentares e desaparelhadas, por isso, não podiam imprimir livros”.

A investigação sobre a circulação de livros escolares na província do Pará pode ser alvo de grandes empecilhos no que diz respeito à dificuldade de encontrar materiais que sirvam como fonte de análise e estudo. No entanto, nos últimos anos, a história do livro escolar no Pará ganhou visibilidade a partir das pesquisas desenvolvidas pelo Grupo de Estudo em História do Livro Didático da Amazônia (GEHLDA), da Universidade Federal do Pará. Em vista da visibilidade atribuída às pesquisas sobre a história do livro escolar, há a necessidade de se fazer uma investigação sobre os livros de leitura e as gramáticas primárias que circularam no Pará no século XIX. A fonte examinada para essa investigação foi a Revista de Educação e Ensino, edições de 1891 a 1895, que foi um periódico paraense mensal criado por volta de 1891 e

dirigido por Octávio Pires. A revista abordava, em geral, temas educacionais relacionados tanto à educação pública e privada do estado do Pará. As edições estão relacionadas no quadro abaixo:

Quadro 1: Edições da Revista de Educação e Ensino.

RESPONSÁVEL	REVISTA	EDIÇÃO		ANO	TIPOGRAFIA	FONTE
PIRES, Octávio.	Revista de Educação e Ensino	vol. 5	n. 7, 9	1895	Typ. de Tavares Cardoso & Cia	Repositório institucional da UFSC: https://repositorio.ufsc.br/xmlui
		vol. 4	n. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10	1894		
		vol. 3	n. 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9	1893		
		vol. 2	n. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11	1892		
		vol. 1	n. 8, 9, 10	1891		

Fonte: Produzido pela autora, 2021.

3.2 Compêndios escolares em circulação

Investigar sobre os livros de leitura e as gramáticas primárias que circularam no Pará, desde o Império até a primeira década da República, nos ajuda a entender o processo de desenvolvimento da instrução/educação pública na província (chamada de estado a partir de 1889, com a Proclamação da República). As questões envolvidas nesse processo também são fundamentais para a compreensão da importância dos autores de livros de leitura para a construção de um panorama mais completo da historiografia referente à educação no Brasil e no Pará.

No Pará Oitocentista, circularam livros de leitura e gramáticas primárias de autores paraenses e não paraenses. Para fazer circular suas obras e dar-lhes mais visibilidade, muitos autores não paraenses doaram à província dezenas, centenas e até milhares de exemplares de seus compêndios. Em 1877, segundo Coelho e Maciel (2018, p. 25), foi contabilizado pelo diretor da província do Pará, Dr. Joaquim Correia de Freitas, a doação concreta, por parte de Dr. Abilio Cezar Borges, de 333 exemplares de 1º livro de leitura, 90 exemplares dos 2º Ditos, 90 dos 3º Ditos, 488 gramáticas portuguesas, e 57 francesas e no corrente mês 2000 gramáticas portuguesas.

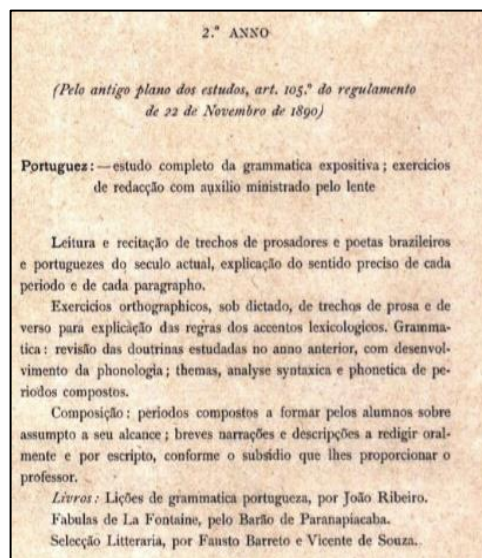
No ano de 1878, o presidente João Capistrano Bandeira de Mello Filho, agradeceu diante da Assembleia Legislativa, em nome da província, a boa ação de Dr. Abilio de Cezar Borges, de doar mil exemplares da *Nova gramatica portuguesa*. Em seu pronunciamento, o presidente citou também, Serafim José Alves, editor no Rio de Janeiro, que doou 400 exemplares da *Aritmética* do Dr. Ciriaco Lourenço de Souza (MOACYR, 1939, p. 149).

Dr. Abilio Cezar Borges pode ser descrito como aquele que foi o único Barão de Macahubas. Além disso, foi também médico, educador e pedagogo. Filho de Miguel Borges de Carvalho e de Mafalda Maria da Paixão. Nasceu no dia nove de setembro de 1824, na cidade de Minas do Rio de Contas, situada Bahia. Dr. Abilio é tratado por seus biógrafos como uma pessoa que não poupou esforços para auxiliar, no que podia, para que houvesse melhorias na Instrução Pública. Os biógrafos descrevem o educador como um homem sem defeitos e um apóstolo na história da instrução. Pode-se dizer que estas qualidades culminaram na expressão “amigo da infância”, atribuída a Abilio Cezar Borges tanto pelos biógrafos quanto por si mesmo (VALDEZ, 2006, p. 21).

Segundo Coelho e Maciel (2018), no ano de 1877, quando o barão de Macahubas fez suas doações, estavam sendo discutidos quais os melhores métodos de ensino a serem implantados no Brasil e, sendo a escola o principal espaço para o ensino de leitura e escrita, foi nela também que se concentraram as maiores discussões sobre o uso do livro escolar. Sendo assim, os autores de livros e compêndios se empenhavam em divulgar e consolidar a hegemonia de suas obras. Este era o caso de Dr. Abilio Cezar Borges.

Na edição n. 10 da Revista Educação e Ensino, de 1891, há referência ao uso dos mesmos livros de leitura no 2º, 3º e 4º anos do ginásio. São eles: *Seleccção litterária*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza; *Lições de Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro; *Fabula de la Fontaine*, de Barão de Paranapiacaba; e *Grammatica Analytica*, de Maximino de Araujo Maciel.

Imagem 6: Livros de leitura usados no 2º ano.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 1, n. 10, 1891, p. 173.

Imagem 7: Livros de leitura usados no 3º ano.

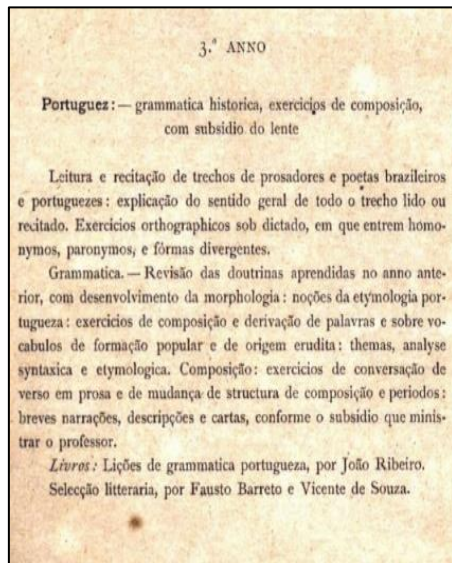
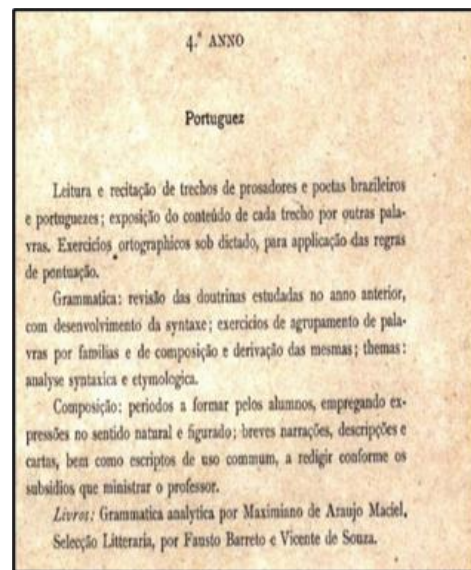


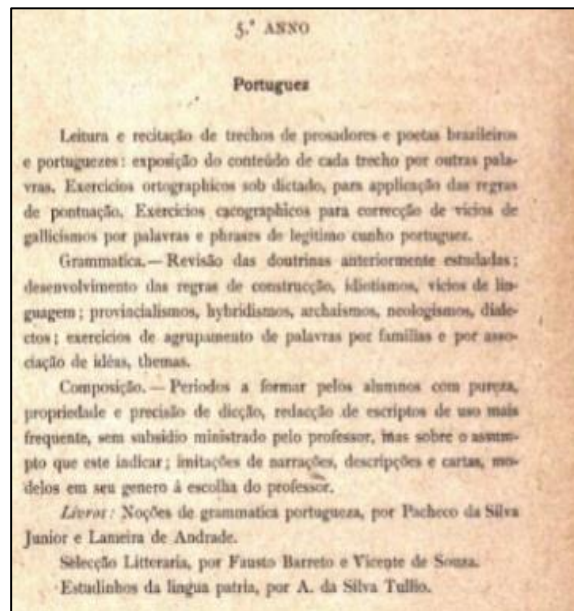
Imagem 8: Livros de leitura usados no 4º ano.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 1, n. 10, 1891, p. 174, 175.

Na edição de janeiro de 1892, os livros utilizados no 5º ano são os seguintes: *Noções de Grammatica portuguesa*, de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade; *Seleccção litterária*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza e *Estudinhos da língua pátria* de A. da Silva Tullio.

Imagem 9: Livros de leitura usados no 5º ano do ginásio.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v.2, n.1, 1892, p.14.

Na edição n. 3 da revista Educação e Ensino, de 1894, foi publicado um Parecer sobre livros escolares, favorável ao *Segundo livro de leitura* de Augusto Ramos Pinheiro, onde consta

que, apesar de a obra não ser um “primor”, ao ser encarada pelo ponto de vista literário _ aspecto em que se frisa que a obra deixa muito a desejar _ possui uma dicção fácil, um estilo despretensioso, o que de certa forma facilita o aprendizado e a compreensão das crenças. Por tudo isso, o livro é digno de recomendações.

Imagem 10: Parecer sobre livros escolares.

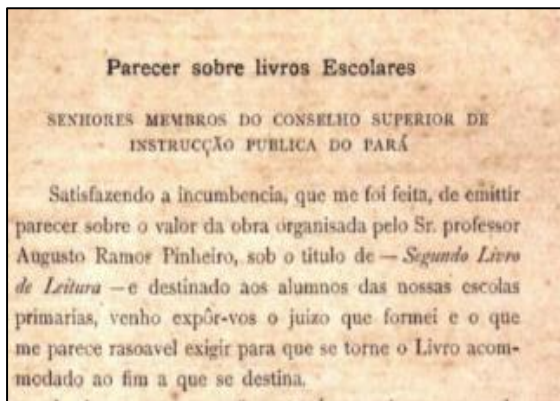
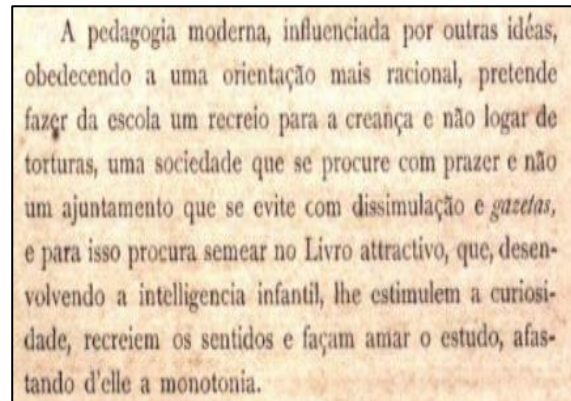


Imagem 11: Parecer sobre livros escolares



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 4, n. 3, 1894, p. 42.

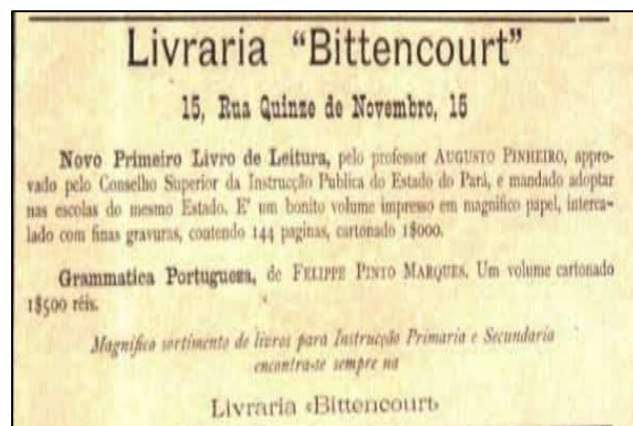
Augusto Ramos Pinheiro foi um professor titulado da Escola Normal que preenchia os requisitos necessários para um professor autor. Segundo Coelho e Maciel (2018), a valorização de casos como o do Senhor Augusto Ramos Pinheiro acontecia devido a experiência do autor como professor. Sendo assim, ele deveria possuir mais domínio acerca das exigências referentes à linguagem que seria adotada nos livros destinados à instrução primária. Nesse sentido, é importante frisar que o fator “experiência do autor como professor” foi amplamente considerado pelas editoras da época como critério para a escolha dos livros escolares de leitura. Segundo Bittencourt (2004), a mudança nas exigências com relação ao perfil dos professores, começou no final do século XIX, período de crescimento do ensino elementar nas escolas públicas e, a partir de então, tal mudança firmou-se como um dos fatores determinantes para seleção de obras destinadas à instrução primária, além de a obra, submetida pelo autor ao Conselho Superior da Instrução Publica, estar de acordo com as exigências referentes às noções morais e cívicas.

O professor Augusto Ramos Pinheiro organizou uma série graduada de leitura constituída por três livros que alcançaram várias edições: *Primeiro Livro de Leitura*, *Segundo Livro de Leitura* e *Terceiro Livro de Leitura*, cujo subtítulo foi *Escola, Pátria e Família*,

respectivamente, todos impressos e publicados na capital paraense (COELHO E MACIEL, 2018, p. 29).

Ainda na edição n. 3 da revista em análise, na parte dedicada aos anúncios, há um anúncio divulgando o *Primeiro Livro de Leitura*, de Augusto Pinheiro que, segundo Coelho e Maciel (2018), foi adotado como o único livro a ser usado para o ensino de leitura nos anos iniciais nas escolas paraenses, sendo classificado no parecer contido na edição n. 3 da Revista Educação e Ensino, de 1883, como um “verdadeiro mimo a infância”. Além dessa obra, anuncia-se também um volume da *Grammatica Portuguesa*, de Felipe Pinto Marques. O autor foi, além de seminarista, professor de Francês, Português, Geografia e Secretário de Instrução Pública (GUTIERRES, 2021).

Imagem 12: Anúncio do Primeiro Livro de Leitura, de Augusto Pinheiro e da Grammatica Protugueza, de Felipe Pinto Marques.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 4, n. 3, 1894.

Segundo Eidorfe Moreira, Felipe Pinto Marques poderia ser descrito como um homem de trato afável e dedicado ao magistério. Talvez isso se deva por sua formação sacerdotal mais humanista. Por falar nisso, Felipe Pinto Marques completou sua formação sacerdotal na Europa, no Seminário de São Suplício, na França (MOREIRA, 1979).

É interessante comentar sobre a valiosa contribuição do professor Felisberto de Carvalho, ao publicar, pela livraria Francisco Alves, o *Primeiro livro de leitura* (142 p.), o *Segundo livro de leitura* (186 p.) e o *Terceiro livro de leitura* (216 p.), todos no ano de 1892; e em 1895, o autor lançou o *Quarto livro de leitura* (290 p.) e o *Quinto livro de leitura* (389 p.), pela mesma editora. O primeiro livro desta coleção chegou à 119ª edição, o que confirma a sua grande utilização nas escolas públicas. Esse sucesso e vasta utilização poderia se dá pela forma

atrativa com que os livros se apresentavam. Segundo Oliveira (2000), os livros vinham em tamanho médio manuseável (conforme expressão de Roger Chartier), com capas coloridas, estampando várias gravuras referentes aos assuntos neles tratados. Além dessas características, o autor prepara o professor para realizar as tarefas propostas no livro com sucesso, expondo, antes das lições, alguns dados teóricos e alguns passos que devem ser seguidos para que os objetivos fossem alcançados (OLIVEIRA, 2000, p. 29).

Ainda sobre o Sr. Felisberto de Carvalho, no de 1893, sua obra foi citada na *Miscellanea literária* como apropriada para o uso nas escolas, sendo plenamente utilizada nas escolas. Esta aprovação, no entanto, só se deu devido à certa compatibilidade de suas obras com a ideologia dominante da época.

Imagem 13: Elogio feito sobre a obra de Felisberto de Carvalho.

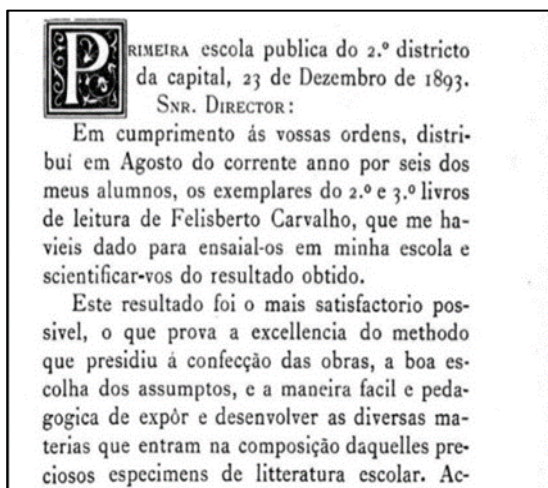
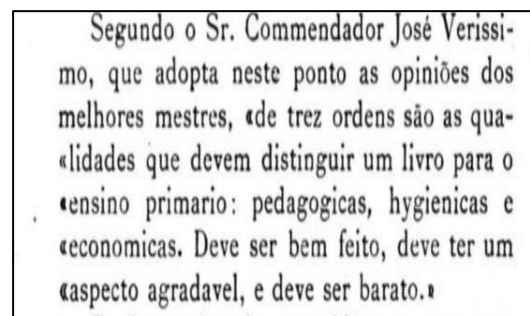


Imagem 14: Elogio feito sobre a obra de Felisberto de Carvalho.



Fonte: Miscellanea Litteraria, 1893, p. 175 e 176.

No entanto, em 1893, a comissão do Conselho Superior da Instrução Pública do Estado do Pará, órgão responsável pela aprovação dos livros escolares, decidiu que apenas um livro deveria ser usado para o ensino inicial da leitura. A adoção de um único livro para todas as escolas foi uma decisão tomada pelo Conselho Superior da Instrução Pública como forma de assegurar a unidade do ensino. Os membros deste conselho, Severiano Bezerra d'Albuquerque, Joaquim Cância Baptista e Enertisna Pinheiro Tornellas, emitiram uma breve justificativa sobre sua decisão que foi publicada na revista *Educação e Ensino*:

Quanto ao *primeiro livro*, o livro por excelência do menino de escola, o que mais se recomenda pelo seu mérito real, é o organizado pelo Professor Augusto Ramos Pinheiro: é um verdadeiro mimo à infância (PARECER, 1883).

Na edição n. 4 de 1894, da *Revista Educação e Ensino*, foi publicado um parecer sobre o *Segundo* e o *Terceiro livro de leitura* do Senhor Felisberto de Carvalho, em que é feita uma comparação entre as obras de Felisberto de Carvalho e Augusto Ramos Pinheiro.

Imagem 15: Parecer sobre livros escolares.

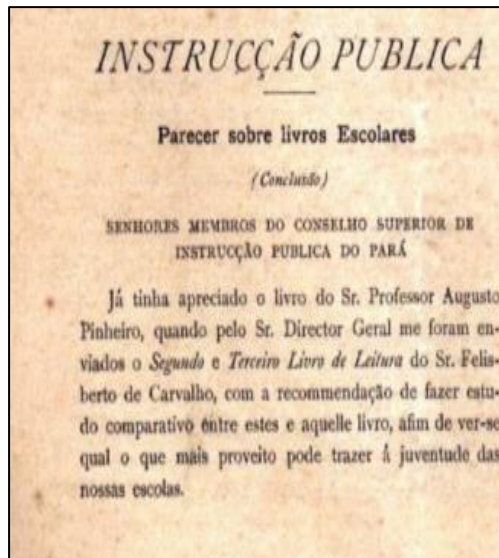
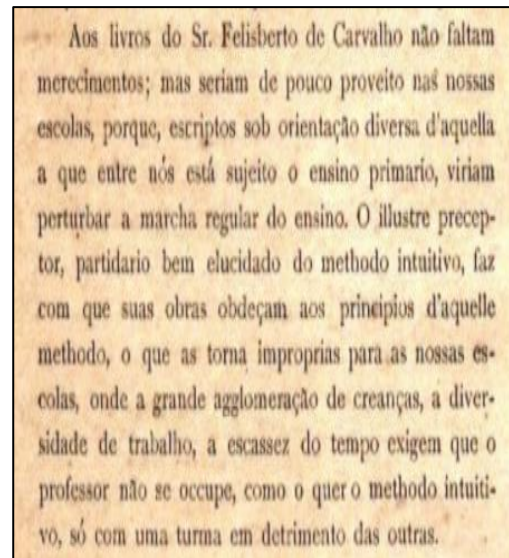


Imagem 16: Parecer sobre livros escolares.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v.4, n.4, 1894, p. 58.

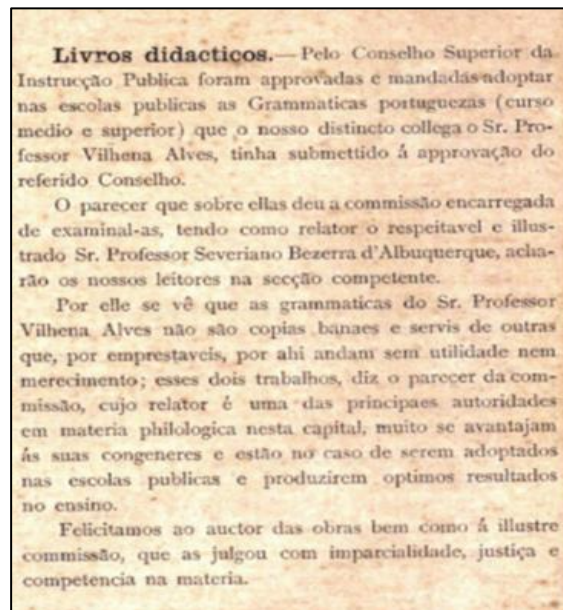
Nesse parecer constava que os livros de Felisberto de Carvalho eram impróprios para as escolas, especialmente quando sua obra era comparada à de Augusto Pinheiro. No documento publicado na edição n. 4 da *Revista Educação e Ensino*, frisa-se que aos livros do Sr. Felisberto de Carvalho não falta merecimento, mas seriam de pouco proveito às escolas, uma vez que foram escritos sob uma orientação diferente daquela que se entendia como apropriada para o ensino primário. Outra situação ressaltada, ainda na edição n. 4 de 1894, da revista, é a de que o Sr. Felisberto de Carvalho faz com que suas produções obedeçam aos princípios do método intuitivo, tornando-as impróprias para o uso nas escolas, pois “a escassez de tempo exige que professor não se ocupe como quer o *methodo intuitivo*, só com uma turma em detrimento das outras” (PARECER, 1894).

No entanto, a determinação do Conselho Superior da Instrução Pública acerca do uso do *Primeiro Livro de Leitura*, de Augusto Pinheiro, como único livro a ser usado para o ensino inicial da leitura nas escolas paraenses, não foi acatada por todos os professores. Por isso, em outubro de 1894, A. P., possivelmente, Augusto Pinheiro, demonstra sua insatisfação como aquilo que chamou de “O abuso que presentemente se comete com a adoção de livros proibidos

pelo Conselho [...]” (A.P., 1894), ao publicar o artigo *Obrigatoriedade e Uniformidade no Ensino*, na revista *Educação e Ensino*. No artigo em questão, A. P. denunciava que o conselho estava sendo iludido, pois livros de autores como Hilário Ribeiro, Felisberto de Carvalho, João de Deus, Dr. Freitas, entre outros, ainda continuavam sendo usados pelos professores nas escolas, mesmo após a determinação de que apenas o *Primeiro Livro de Leitura* de Augusto Pinheiro deveria ser usado (COELHO E MACIEL, 2018, p. 28-29).

Em 1894, na edição n. 5 da *Revista Educação e Ensino*, ocorre o anúncio da aprovação das gramáticas portuguesas de Vilhena Alves para uso nas escolas públicas. Entre os muitos elogios feitos a estas gramáticas, um em especial chama a atenção: “[...] as grammaticas do Sr. Professor Vilhena Alves não são cópias bannaes e servis de outras que, por emprestáveis, por ahi andam sem utilidade nem merecimento [...].” (PARÁ, 1894). Aqui se pode observar uma crítica contundente à postura de outros gramáticos e uma das razões para essa afirmação sobre a banalidade dos outros materiais com relação à obra de Vilhena Alves pode ter sido a não adequação das demais produções às ideologias da época.

Imagem 17: Aprovação das gramáticas portuguesas (curso médio e superior) de Vilhena Alves.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 4, n. 5, 1894, 76.

Segundo as informações contidas no acervo digital de obras raras do CENTUR, Biblioteca Pública Arthur Vianna, Vilhena Alves foi professor, poeta e prosador, tendo publicado muitas obras. Foi também colaborador do jornal *Província do Pará* e da *Revista Ciências e Letras*. Entre suas obras, encontram-se: *Compêndio de análise moderna: Lexicologia*

e *Sintática* (1895), *Enlevos Poéticos* (1871), *Exercícios de Português* (1900), *Gramática Portuguesa: curso superior* (1895), *Monodias* (poesias, 1866), *Miscelânea Literária* (coleção de artigos, 1900), *Primeira Gramática da infância* (1896?), *Segunda Gramática da infância: curso médio* (1897?) e *Seleta Literária* (1900).

Na edição n. 9 da *Revista Educação e Ensino*, ano de 1895, é possível deparar-se com uma menção ao *Segundo livro de leitura*, de Augusto Ramos Pinheiro, em que é afirmado que cartas de Paris deram a notícia breve da chegada da 1ª edição da obra do autor. Na mesma edição é citada a *Grammatica* de Vilhena Alves, em que, por meio de um comunicado, Octavio Pires, diretor da revista, se retrata por não ter feito sua apreciação à obra.

Imagem 18: Menção ao Segundo livro de leitura de Augusto R. Pinheiro.

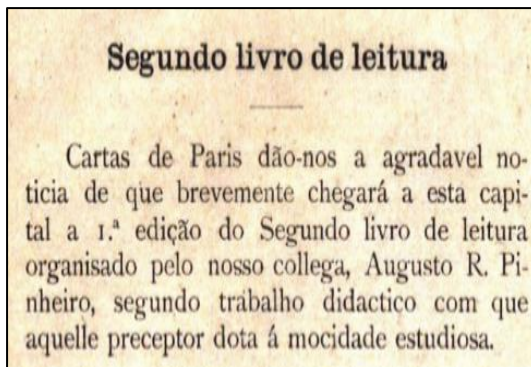
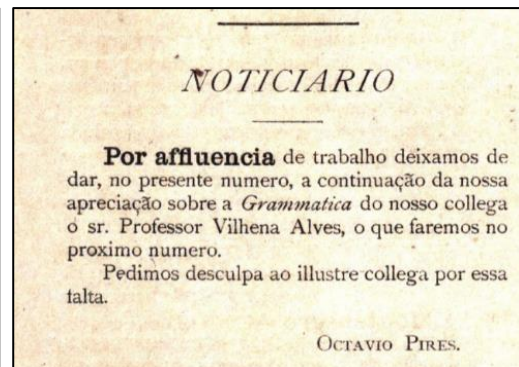


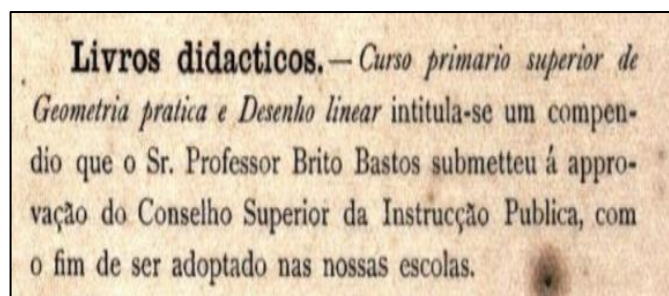
Imagem 19: Pedido de desculpa direcionado à Vilhena Alves.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 5, n. 9, 1895, p. 92 e p. 93.

Ainda na mesma edição, é citado algo sobre os livros didáticos, dessa vez, tratando sobre a submissão de um Compêndio intitulado *Curso primário superior de Geometria Prática e Desenho Linear* para aprovação do Conselho Superior de Instrução Pública. No contexto da época, submeter o livro para aprovação era apenas a fase inicial de uma luta dos autores para terem suas obras aceitas e adotadas nas escolas.

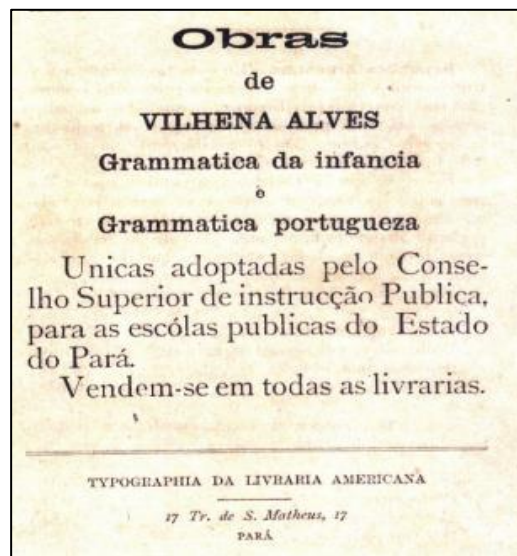
Imagem 20: Menção ao livro do professor Brito Bastos.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v. 5, n. 9, 1895, p. 140.

Durante a análise da *Revista Educação e Ensino*, na edição n. 7, de 1895, há uma divulgação de duas obras de Vilhena Alves: *Grammatica da infancia* e *Grammatica portugueza*. Segundo o anúncio, essas eram as únicas adotadas pelo Conselho Superior de Instrução Pública para as escolas públicas no Pará.

Imagem 21: divulgação de duas obras de Vilhena Alves.



Fonte: Revista Educação e Ensino, v.5, n. 7, 1895, p. 64.

No período abordado, havia um grande acervo de obras dedicadas à educação. Como afirma Braga (1915, p. 76): “Volumosa é a bagagem litteraria que tem servido a mocidade paraense para sua educação e instrução elementar [...]”. Apesar disso, muitas obras não eram aprovadas para uso nas escolas, por não estarem de acordo com as convenções da época.

Na Revista Educação e Ensino, encontramos livros de leitura e gramáticas primárias, aprovados pelo Conselho Superior da Instrução Pública, que circularam no Pará Oitocentista, conforme quadro abaixo:

Quadro 2: Livros de leitura e gramáticas primárias citados na Revista de Educação e Ensino.

AUTOR	NOME DA OBRA	ANO	EDITORIA
ALVES, Francisco Ferreira de Vilhena.	1. <i>Primeira Grammatica da infância</i>	1896 (?)	<i>Pinto Barbosa & Cia</i>
	2. <i>Grammatica portuguesa</i>	1895	<i>Pinto Barbosa & Cia</i>
BARRETO, Fausto.; SOUZA, Vicente de.	3. <i>Seleccção literária</i>	1887	(?)

BORGES, Abílio Cezar.	4. <i>Gramática Francesa</i>	1860	(?)
	5. <i>Primeiro Livro de Leitura</i>	1886	(?)
	6. <i>Segundo Livro de Leitura</i>		(?)
	7. <i>Terceira Livro de leitura</i>	1871	(?)
	8. <i>Gramática Portuguesa</i>	1860	(?)
CARVALHO, Felisberto de.	9. <i>Primeiro Livro de Leitura</i>	1892	<i>Livraria Francisco Alves.</i>
	10. <i>Segundo Livro de Leitura</i>		
	11. <i>Terceiro Livro de Leitura</i>		
	12. <i>Quarto Livro de Leitura</i>	1895	
	13. <i>Quinto Livro de Leitura</i>		
JUNIOR, Pacheco da Silva.; ANDRADE, Lameira de.	14. <i>Noções de Grammatica portuguesa</i>	s.d.	<i>Livraria Clássica de Alves & C.</i>
MACIEL, Maximino de Araujo.	15. <i>Grammatica Analytica</i>	1887	<i>Typografia Central: Evaristo Rodrigues da Costa.</i>
MARQUES, Felipe Pinto.	16. <i>Grammatica Portugueza</i>	1889(?)	<i>Tipografia de A. P. Ramos de Almeida & Cia.</i>
PARANAPIACABA, Barão de.	17. <i>Fabula de la Fontaine</i>	1886	Imprensa Nacional.
PINHEIRO, Augusto Ramos.	18. <i>Primeiro Livro de Leitura</i>	18—(?)	<i>Livraria Clássica de Alves & C.</i>
	19. <i>Segundo Livro de Leitura</i>		
	20. <i>Terceiro Livro de Leitura</i>		
RIBEIRO, João.	21. <i>Lições de Grammatica Portugueza</i>	18-- (?)	<i>Livraria Clássica de Alves & C.</i>
TULLIO, A. da Silva.	22. <i>Estudinhos da língua pátria</i>	1859	<i>Castro Irmão e C.^a Lda.</i>

Fonte: produzido pela autora, 2021.

A investigação acerca dos livros de leitura e gramáticas primárias que circularam no Pará Oitocentista, a partir do exame da *Revista Educação e Ensino*, apontou algumas lacunas, principalmente quanto a informações referentes à autoria, edição e publicação de algumas obras. Nesse sentido, constata-se que ainda há muito a ser feito quando o assunto é a reconstituição da história desses compêndios. Esse fato pode ser comprovado se houver uma atenção maior para os detalhes referentes ao ano de publicação e editoria, por exemplo. Nas obras documentadas, alguns casos chamaram a atenção e sobre isso será discorrido a seguir.

Durante a pesquisa, a obra *Noções de Grammatica portugueza*, de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade, não foi datada. Sacramento Blake (1970), não aponta uma data

específica para a publicação dessa obra quando a elenca junto às demais produções de Pacheco da Silva, mas menciona o ano de 1887 ao falar sobre ela. Esta informação leva a crer que a primeira edição da obra data do período Imperial.

Outra obra cuja primeira edição data do período Imperial é *Estudinhos da língua pátria*, de A. da Silva Tullio. A obra foi, na verdade, um conjunto de artigos publicados no *Archivo Pittoresco*, uma revista literária de Lisboa, cuja tradução ficou a cargo de Camillo C. Branco. Candido de Figueiredo, em *As Lições de Linguagem: Análise Crítica*, pontua que A. da Silva Tullio passou a publicar suas obras a partir de 1858. Por meio desta informação, deu-se início à pesquisa acerca da primeira publicação de *Estudinhos*. Então, verificou-se, no *Semanario Ilustrado* do *Archivo Pittoresco*, edição n. 38, de 1859, p. 297, a aparição daquele que seria o primeiro de uma série de artigos nomeados *Estudinhos da língua pátria* por A. da Silva Tullio. Sobre o autor, segundo Pimentel (1908), Antonio da Silva Tullio foi um homem muito original, no entanto, precipitado, fazendo com que o que pretendia dizer ou fazer não fosse entendido. Além disso, foi também muito ativo, mas não deixou nenhuma obra literária que “pudesse dar na vista á posteridade” (PIMENTEL, 1908, p. 157).

No ano da Proclamação da República, João Ribeiro publicou a terceira edição da obra *Lições de Grammatica Portuguesa*, que aparece na ed. n. 10, de 1891, da *Revista Educação e Ensino*. O fato de essa edição ter sido lançada em 1889 leva a crer que a primeira edição foi publicada ainda no período Imperial. No entanto, não foi possível especificar com exatidão o ano dessa publicação.

Sobre as obras cujas edições, supostamente, ocorreram no período republicano, um caso a ser destacado é o da *Primeira Grammatica da infancia*, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves, citada por Coelho (2021), cujas evidências parciais envolvendo a obra, levaram a crer que sua primeira edição data de 1896. Salienta-se que na edição n. 7 da *Revista Educação e Ensino* (1895), já existe menção a essa gramática. Em sua pesquisa, Melo (2021) corrobora as informações apresentadas por Coelho, e com base em suas análises, confirma que a primeira edição da *Primeira Grammatica da infancia* ocorreu de fato em 1896. Segundo a autora, a obra foi destinada ao curso primário inferior e foi editada pela Pinto Barbosa & Cia em 1896. A partir de análises realizadas nas edições catalogadas da revista *Educação e Ensino*, verificou-se que algumas edições da revista traziam alguns capítulos de obras que estavam inacabadas ou ainda não tinham sido publicadas. Portanto, esse pode ser o motivo de mencionarem a *Primeira Grammatica da infancia* um ano antes da publicação.

Outro caso peculiar, relacionado às edições, é o das produções de Augusto Ramos Pinheiro, autor do *Primeiro Livro de Leitura*, *Segundo Livro de Leitura* e *Terceiro Livro de Leitura*. A questão é que, segundo Moreira (1989), o *Primeiro Livro de Leitura* teria tido um total de 33 edições, o *Segundo Livro de Leitura*, 19 edições, e o *Terceiro Livro de Leitura*, 4 edições. Nesse sentido, a quantidade de edições e a inexistência dos anos de publicação de cada uma tornam a tarefa de identificar a edição inicial de cada livro bem mais trabalhosa.

É interessante atentar, ainda sobre o ano de edição, para a *Grammatica Portugueza*, de Felipe Pinto Marques. De acordo com Moreira (1979), as primeiras edições da obra foram provavelmente impressas no Pará. No entanto, as edições seguintes, mais especificamente a quarta e a sexta, foram publicadas no Maranhão em 1889.

Por meio da análise feita acerca do livro escolar de leitura e as gramáticas infantis no Pará Oitocentista, pode-se perceber que, no Brasil, não houve muita preocupação com a catalogação ou mesmo com a conservação de gramáticas infantis e livros de leitura da época estudada. Essa afirmação é feita, tendo em vista que ainda há pouca informação até mesmo referente a edição inicial de algumas obras.

Ao longo dos anos, uma gama substancial de material histórico foi negligenciada e deixada exposta à ação do tempo, alguns, infelizmente, foram perdidos. Nesse sentido, ressalta-se a importância deste estudo que visa analisar a história do livro escolar de leitura e de gramáticas do ensino primário no Pará Oitocentista, levando em consideração aquilo que a muito tempo vem sendo deixado de lado, especialmente porque os materiais em questão são ricos em informações que podem contribuir não só com conhecimentos sobre a educação no período, mas também sobre a questão cultural e até mesmo ideológica da época.

CONCLUSÃO

Na primeira metade do século XIX, a província do Pará não obedecia a uma padronização no que diz respeito ao uso de livros escolares. No entanto, esse panorama começou a ser modificado a partir das discussões acerca da organização da instrução pública e implementação de alguns métodos de ensino, como o método simultâneo. Esse método de ensino, que consiste na ação de um professor sobre vários alunos, permitia a produção de material para um grupo diverso de alunos ao mesmo tempo. Nesse cenário, a partir da segunda metade do século XIX, a legislação educacional exigia o uso de manuais, compêndios, aprovados pelos conselhos de instrução pública das províncias. Entretanto, apesar de ambiciosas, as mudanças previstas nas leis e decretos levaram tempo para se concretizar. Diante desse cenário, mesmo após a proclamação da república em 1889 e, posterior virada do século, ainda era possível observar leis datadas do período Imperial sendo implementadas.

Um caso típico é a implementação dos grupos escolares no Pará, prevista ainda no Império por meio da Reforma Couto Ferraz, de 1854. O Grupo Escolar de Alenquer, primeiro grupo escolar no Pará, só é implementado em 1899, a partir do Decreto n. 625, do mesmo ano. Contudo, as modificações postuladas por essa legislação foram lentas. Na capital, houve um espaço de 10 anos entre o tempo da primeira solicitação para a construção de grupos escolares na capital, feita pelo diretor da Instrução Pública da Província, José Veríssimo Dias de Matos, em 1891, até a concretização de seu pedido, culminando na construção do Grupo Escolar José Verissimo, apenas em 1901. Percebe-se que, apesar da idealização daquilo que está no papel, ainda hoje, muitos direitos _ trato aqui apenas dos direitos sociais _ não são implementados, ou são implementados tardiamente, ora por falta de estrutura necessária ora pelo histórico de descaso dos governantes.

O estudo em questão se concentrou na circulação de livros escolares de leitura e gramáticas primárias no Pará Oitocentista. Ao todo, foram 22 obras que circularam no Pará, a partir da investigação na revista pedagógica *Educação e Ensino*. São elas: *Grammatica Francesa, Primeiro Livro de Leitura, Segundo Livro de Leitura e Terceiro Livro de Leitura e Grammatica Portuguesa*, de Abílio Cezar Borges; *Grammatica da Infancia e Grammatica Portuguesa*, de Francisco Ferreira de Vilhena Alves; *Primeiro Livro de Leitura, Segundo Livro de Leitura, Terceiro Livro de Leitura, Quarto Livro de Leitura e Quinto Livro de Leitura*, de Felisberto de Carvalho; *Primeiro Livro de Leitura, Segundo Livro de Leitura e Terceiro Livro de Leitura*, de Augusto Ramos Pinheiro; *Grammatica Portuguesa*, de Felipe Pinto Marques;

Noções de Grammatica portugueza, de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade; *Seleção literária*, de Fausto Barreto e Vicente de Souza; *Estudinhos da língua pátria*, de A. da Silva Tullio; *Lições de Grammatica Portugueza*, de João Ribeiro; *Fabula de la Fontaine*, de Barão de Paranapiacaba; *Grammatica Analytica*, de Maximino de Araujo Maciel.

A pesquisa levou em consideração apenas a análise das edições da revista pedagógica *Educação e Ensino* em circulação no Pará Oitocentista, entre 1891 e 1895. Com certeza existiram mais livros escolares que circularam no Pará durante esse período. Duarte (2018) apresenta um quadro de livros de leitura produzidos por autores paraenses que vale a pena consultar. Contudo, no século XIX, no Pará, circularam obras de autores não paraenses, as quais foram fundamentais para a instrução/educação paraense, conforme se atesta neste trabalho. A particularidade presente em cada livro escolar permitiu considerar que aspectos políticos, culturais, religiosos e até econômicos estavam envolvidos no processo de aprovação destes compêndios para serem adotados nas escolas paraenses/brasileiras.

Por fim, sobre a aprovação dos livros de leitura que circularam nas escolas paraenses, vale ressaltar que, no Oitocentos, principalmente no período Imperial, havia uma forte influência da religião e das ideologias dominantes, no que se refere às regras envolvidas na aprovação dos compêndios. O embate entre a apropriação cultural europeia e a exaltação da cultura nacional se refletia grandemente na aprovação dos livros. A partir da segunda metade do século XIX, vê-se que havia um estímulo à produção local de material para o ensino, desde que atendessem aos interesses da religião e da classe dominante. Essa realidade, onde a elite é favorecida pelo que é ensinado na escola perdura até os dias de hoje, de certa forma. Nessa vertente, em seus estudos acerca da ideologia presente nos livros didáticos, Oliveira (2014, p. 57) afirma que a escola sempre foi um local que privilegia a classe dominante e que os livros didáticos apresentam temas que “transmitem ideologias subliminarmente, e até mesmo explicitamente”.

REFERÊNCIAS

AUROX, Sylvain. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília: Senado Federal, 2004.

BARROS, Rosane da Silva. A produção de gramáticas infantis no Estado do Pará no período de 1820 e 1920: características e autoria. *In*: DUARTE, Raimunda Dias et al. (Orgs). **A história do Livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

BASTOS, Maria Helena Camara. **A formação de professores para o ensino mútuo no Brasil: O “Curso Normal para professores de primeiras letras do Barão de Gérando (1839)**. História da Educação, Pelotas: 1998.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BITTENCOUT, Circe Maria Fernandes. **Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)**. Educação e Pesquisa, São Paulo, p. 475-491, 2004.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900 (reimpressão de off-set. Conselho Federal de Cultura, 1970).

BRAGA, Theodoro. **História do Pará**. Pará-Belém: Imprensa Oficial, 1915.

BRAGANÇA, Aníbal. **Uma introdução à história editorial brasileira**. Cultura – Revista de História e Teoria das Idéias, vol. XIV (2ª série), separata, 2002. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

BRASIL. **Decreto n. 9397 de 7 de março de 1885. Estabelece regras para a adoção das obras concernentes ao ensino primário e dá outras providencias**. Publicado como anexo C3-1 do Relatório do Ministro dos negócios do império, João Florentino Meira de Vasconcelos. Apresentado a Assembleia Geral Legislativa em 29 de maio de 1885. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1885, 1-2.

BRASIL. **Império do Brasil - Primeiro Período – D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831)**. Câmara dos Deputados. Disponível em: Império do Brasil - Primeiro Período - D. Pedro I (09.01.1822 - 07.04.1831) — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acesso: em 03 de novembro de 2021.

BRASIL. **Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834**. Faz algumas alterações e adições á Constituição Política do Imperio, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado dos Negocios do Imperio do Brazil. Liv. 6º do Registro de Leis, Alvarás,

e Cartas a fl. 75 v. 1834. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM16.htm. Acesso em: 13 de outubro de 2020.

CASTANHA, André Paulo. **O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar do Império: descentralização ou centralização?** Tese apresentada ao programa de pós-graduação em educação – área de concentração em fundamentos da educação da Universidade de São Carlos. São Carlos: 2007.

CHARTIER, R. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

CLARK, Jorge Uilson. **O Desenvolvimento da Política Provincial e da Educação no Período de Transição.** Campinas: Navegando na História da Educação Brasileira, 1996.

COELHO, Maricilde Oliveira. **A escola primária no Estado do Pará (1920-1940).** Tese de doutorado apresentada ao Programa de História da Educação e Historiografia da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.

COELHO, Maricilde Oliveira. **Para despertar no coração da mocidade o sentimento de amor à Pátria: o livro Seleta Literária, do professor Francisco Ferreira Vilhena Alves.** Disponível em: <https://docplayer.com.br/42637238-Vida-e-trabalho-de-vilhena-alves.html>. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

COELHO, Maricilde Oliveira; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. O ensino da leitura nas províncias do norte do Brasil: Primeiro livro de leitura, de Augusto Ramos Pinheiro. *In:* SANTOS, Sônia Maria dos.; ROCHA, Juliano Guerra. **História da Alfabetização e suas fontes.** Uberlândia: EDUFU, 2018.

CORRÊA, Irineu Eduardo Jones. **Uma coleção de Gramáticas.** Revista InterFACES: UFRJ, 2009.

DUARTE, Dércio Pena; GAMBOA, Silvio Sánchez. **A legislação educacional paraense e o projeto liberal civilizador: entre discursos e práticas (1841-1870).** Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 69, p. 33-51, set 2016.

DUARTE, Raimunda Dias. As pesquisas em História do livro na Amazônia: a gramática de Júlio Cezar Ribeiro de Souza (1872). *In:* DUARTE, Raimunda Dias et el. (Orgs). **A história do Livro na Amazônia: da escrita em pedra à tela do computador.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

DUARTE, Raimunda Dias. **Livros escolares de Leitura da Amazônia: produção, edição. Autoria e discursos sobre educação de meninos, civilidade e moral cristã.** Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

FARIA FILHO. Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Séc. XIX. *In:* LOPES, Eliana Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes VEIGA, Cynthia Greive. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

FÁVERO, Leonor Lopes. A produção gramatical brasileira no século XIX: da Gramática filosófica à Gramática científica. In: Diana Luz Pessoa de Barros (Org.). **Os Discursos do descobrimento: 500 e mais anos de discursos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP, 2000.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. **História, santidade e identidade: o Agiologio Lusitano de Jorge Cardoso e o seu contexto**. Via Spiritus: Revista de História da Espiritualidade e do Sentimento Religioso, 03, 1996, p.25-68.

FRANCA, Leonel. **A Formação da personalidade**. Obras Completas. Rio de Janeiro: AGIR, 1954.

FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **A implantação dos grupos escolares no estado do Pará**. HUDEPDF: 2018. Disponível em: https://hugepdf.com/download/maria-do-perpetuo-socorro-gomes-de-souza-avelino-de-frana_pdf. Acesso em: 03 de novembro de 2021.

FRANCISCO FERREIRA DE VILHENA ALVES, 1848 – 1912. **Obras raras: Acervo digital, 2021**. Disponível em: <http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/book-author/francisco-ferreira-de-vilhena-alves/>. Acesso em: 10 de outubro de 2021.

GUTIERRES, Damiana Valente Guimarães. **Os professores da Escola Normal do Pará no período de 1900 a 1919**. Revista Linhas. Florianópolis, v. 22, n. 49, p. 373-401, 2021.

KARNAL, Leandro; TASTCH, Flavia Galli. **Documento e História: A memória Evanescente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O Historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

MELO, Rosane Barros de. **A caracterização de gramáticas paraenses no contexto de gramatização brasileira do português no Pará**. Disponível em: https://200.239.64.231:8443/bitstream/prefix/3746/1/TCC_CaracterizacaoGramaticasParaenses.pdf. Acesso em: 30 de dezembro de 2021.

MAIA, Doralice Sátyro. **Normativas urbanas no Brasil imperial: a cidade e a vida urbana na legislação brasileira (1822 – 1850)**. UERJ. Rio de Janeiro: 2014, pp. 458-476.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias (Subsídios para a História da Educação no Brasil)**. 1834 – 1889. vol 1, das Amazonas às Alagoas. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1939.

MOREIRA, Eidorf. **Obras Reunidas**. vol.VI. Belém: CEJUP, 1989.

MOREIRA, Eidorfe. **O livro didático paraense: (Breve Notícia Histórica)**. Belém: [s.n.] 1979.

NOSELLA, Maria de Lourdes Deiró. **As Belas mentiras: a ideologia subjacente dos textos didáticos**. 4º ed. rev. São Paulo: Moraes, 1981.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de. **As faces do livro de leitura**. Cadernos Cedes, ano XX, n 25 o 52, novembro/2000.

OLIVEIRA, Vinícius De Bragança Müller e. **História, Economia Institucional e Educação: educação básica e diferenças regionais entre as províncias do Rio Grande do Sul, São Paulo e Pernambuco (1835 – 1850)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, 2011.

OLIVEIRA, Juliana Barreto Faria de. **Ideologias nos Livros Didáticos: Reflexões Metodológicas**. Cadernos de Educação, v.13, n. 26, 2014.

PARÁ. Coleção das Leis da Província do Grão-Pará. 1839-1889. Arquivo Público do Estado do Pará e na Sessão de Obras Raras da Biblioteca Pública “Arthur Vianna” – CENTUR. *In: Documentos da história da educação paraense*. HISTEDBR: Campinas, 2011.

PARÁ. Secretaria do Governo. (1841, 5 de julho). **Lei n. 97, de 28 de junho de 1841**. Registrada a fls. do Liv. 1º de Leis e Resoluções Provinciais.

PIMENTEL, Alberto. **Vinte anos de vida literária**. Lisboa, Portugal: Casa Editora António Maria Pereira, 2. ed., 1908.

PROVINCIA DO PARÁ. **Discurso que o presidente da Provincia do Grão Pará fez na abertura da 1ª sessão da Assembleia Provincial no dia 2 de março de 1838**. Impresso na Tipografia restaurada de Santos & Santos menor, 1838, p. 3.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregório. Livros de Leitura na Escola Brasileira do século XX. *In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara. Histórias e memórias da educação no Brasil Vol. I: Séculos XVI-XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

RAZZINI, Marcia de Paula Gregorio. **O Espelho da nação: A Antologia Nacional e o Ensino de Português e de Literatura (1838-1971)**. Tese apresentada ao Curso de Teoria Literária do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas. UNICAMP: 2000.

REVISTA EDUCAÇÃO E ENSINO. Belém-Pa: Tipografia de Tavares Cardoso &C., 1891-1895.

RIO DE JANEIRO. **Termo de Vereação do dia 9 de janeiro de 1822**. Imprensa Nacional: 1822. Disponível em: <https://digital.bbm.usp.br/handle/bbm/6632>. Acesso em: 02 de novembro de 2021.

ROZANTE, Ellen Lucas. **Breve estudo sobre a educação do corpo pelos sentidos: o método intuitivo**. São Paulo: Revista Educação, vol. 8, 2014.

TULLIO, A. da Silva. Estudinhos da língua pátria. *In: Archivo Pittoresco*. Castro Irmão e C.ª Lda. TOMO II (1858-1859), 2.º Ano, n.º 38, 1859. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ArquivoP/1859/TomoII/N38/N38_item1/index.html. Acesso em: 22 de novembro de 2021.

VALDEZ, Diane. **A representação de Infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abílio Cezar Borges: O Barão de Macahubas (1856-1891)**. Campinas, SP: 2006.

VASCONCELOS, Mônica; PERIOTTO, Marcília Rosa. **Algumas Considerações Sobre O Processo De Modernização Do Século XIX No Brasil: A Reforma Couto Ferraz (1854)**. Universidade Estadual de Maringá, 2015.

ZACHEU, Aline Aparecida Pereira. **Dos tempos Imperiais ao PNLD: a problemática do livro didático no Brasil**. Bauru: UNESP, 2015.